

CÁSSIO PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA
DO COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ NO PERÍODO DE
1964 A 1980**

Criciúma, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

CÁSSIO PEREIRA DE SOUZA

**EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO COLÉGIO
NORMAL DE ARARANGUÁ NO PERÍODO DE
1964 A 1980**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Professor Dr. Ademir Damázio.

Criciúma, 2007

Ao meu pai, Severiano Severino de Souza, professor de História do Colégio Normal de Araranguá, preso e exonerado de suas atribuições docentes no período ditatorial brasileiro.

AGRADECIMENTOS

A execução deste trabalho não teria sido possível se não fossem a ajuda e o apoio de inúmeras pessoas, bem como de algumas instituições que, com seu preparo profissional e sua dedicação, tornaram possível sua concretização.

Inicialmente gostaríamos de agradecer a todos os entrevistados, pois sem os seus respectivos depoimentos o resgate da história do Colégio Normal de Araranguá não assumiria um caráter de fidelidade com a época analisada. Foram eles: Orivalde José Pereira, Zuê Rabello, Severiano Severino de Souza, Vânio Coral, Elisabete Salvador Berti, Vera Regina Bacha Pereira, Íris Boeira Garcia, Maria das Dores Machado, Aimberê Araken Machado e Sônia Maria Silva Pereira.

Ressaltamos, também, que foi de grande valia a solicitude e a competência dos funcionários do Arquivo Público Municipal, assim como do proprietário do Jornaleco, Ricardo Grechi, pelo tempo disponibilizado para a consulta dos acervos relacionados à pesquisa.

Nosso muito obrigado ao arquiteto e amigo Luís Maurício Pereira, pela sua contribuição valiosa para a execução deste trabalho. Agradeço também aos colegas Saulo e Maria Helena, pelas caronas, diálogos e trabalhos que desenvolvemos juntos neste espaço de tempo. A Silvia Botega, pelos préstimos na tradução do *abstract*, e a Aurélia Lopes, pela formatação do trabalho e por ter sido um grande ombro amigo nesta trajetória.

Em especial, a Tia Vera, pela motivação e interesse prestados nesta caminhada; a minha primeira orientadora, Professora Dr^a. Fábria Líliã Luciano, pelo

carinho, força e dedicação, e ao meu atual orientador, Professor Ademir Damázio, por todo desempenho, competência e auxílio prestado.

Enfim, meu muito obrigado às pessoas que souberam ter paciência mais que necessária neste período acadêmico difícil e trabalhoso. Foi com o conforto e o carinho de meus familiares e amigos que pude contornar momentos tão árduos.

A todos os que eventualmente não foram aqui citados, fica nosso agradecimento por tudo o que fizeram.

RESUMO

O presente trabalho é fruto da preocupação com a preservação da memória histórica do Colégio Normal de Araranguá, localizado no Sul de Santa Catarina, ao resgatar a construção de uma identidade cultural do Município, como parte do cenário local e regional. No âmbito específico, apontamos como propósitos: reconstruir os elementos históricos que permearam o referido Colégio, durante a ditadura militar, identificando as relações de poder e seus reflexos educacionais; analisar a história da sua criação, com foco para o espaço físico, o quadro pessoal e os aspectos pedagógicos. A periodização adotada pelo estudo se inscreve entre os anos de 1964, data que oficializou o funcionamento do primeiro Colégio Normal da cidade e da região, descrevendo a sua expansão até o ano de 1980, que assinala o início da abertura política no País. O Curso Normal se caracterizou pela força do contexto econômico, educacional, político e social, que almejava o desenvolvimento da Nação; por meio da educação e para tanto, se fazia necessário à instalação de Escolas de Ensino Público Primário e Secundário em território nacional. Para que esta ação fosse efetivada com êxito, a formação de professores se tornaria uma condição essencial. Foi então que, por meio da Lei nº. 3.333, foi criado o Colégio Normal de Araranguá. Instalado em 1º de abril de 1964, sofreu os impactos do golpe militar que assolou o País. Os seus reflexos foram observados e vivenciados em diferentes instituições, cuja perda do direito de expressão, ação e participação política foram seus traços mais significativos. A força do Estado foi, historicamente, marcada pelas eleições para governadores, cujo efeito teve interferência direta nas Escolas Públicas, por extensão no Colégio Normal de Araranguá. Dentre as imposições, destacavam-se as indicações e nomeações de diretores, o espaço físico e o currículo. A Educação brasileira passou a ser controlada pelo Exército e, em Santa Catarina, pela 5ª Região Militar, com sede em Curitiba. O discurso ideológico do Estado era reproduzido pela escola, sendo esta uma das suas principais interlocutoras, sobretudo, os Colégios de Cursos Normais, que tinham como propósito, a formação do cidadão obediente, cordato e servil.

Palavras-chave: Colégio Normal de Araranguá, História, Educação, Relações de Poder e Militarismo.

ABSTRACT

This study is a result of the concern about the preservation of the historical memory of Ararangua Normal School, located in the south of Santa Catarina, in order to ransom the cultural identity of the municipal district, as part of the local and regional scenery. As a specific aim, we mention the following aim: to rebuild the historical elements that permeated the cited institution, during the military dictatorship, identifying the relations of power and its educational reflections; analyze the history of its creation, focusing on the physical area, the staff and the pedagogical aspects. The period adopted by the study comes about the years of 1964, official date of the foundation of the 1st Normal School of the city and region, describing its expansion until the year of 1980, which points out the beginning of the political openness in the country. The Normal Course was characterized by the strength of the economical, educational, political and social context, which yearns the development of the nation; by means of education and for this reason, it was necessary to establish Elementary and High Public Schools in the national territory. For this action to be effective and successful, the graduation of its teachers would become an essential condition. It was then, by means of the Law number 3.333, the Ararangua Normal School was created. Set up on April 1st, 1964, it suffered the impacts of the military stroke which devastated the country. Its reflexes were observed and experienced in different institutions, the loss of the rights of expressing and acting, and political participation, were the most significant features. The strength of the State was, historically, marked by the governors' elections, whose effects had direct interference in the public schools, extending to Ararangua Normal School. Among the impositions, indications and nominations of directors were detached, the physical area and the curriculum. The Brazilian education was then controlled by the army and, in Santa Catarina, by the 5th Military Region, with its headquarters in Curitiba. The ideologocal speech of the State was reproduced by the school, one of its main announcers, especially, The Normal Schools and Courses, whose main aim, was the development of an obedient, prudent and slavish citizen.

Key words: Ararangua Normal School, History, Education, Relations of Power and Militarism.

LISTA DE SIGLAS

AMESC – Associação do Extremo Sul de Santa Catarina
MEC – Ministério da Educação e Cultura
USAID – United States Agency for International Development
EAPES – Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
ESG – Escola Superior de Guerra
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
AIs – Atos Institucionais
IPMs – Inquéritos Policiais Militares
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
SNI – Serviço Nacional de Informação
OBAN – Operação Bandeirante
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNB – Universidade de Brasília
UEEs – União Estadual Estudantil
EMC – Educação Moral e Cívica
OSPB – Organização Social e Política do Brasil
EPB – Estudo dos Problemas Brasileiros
CFE – Conselho Federal de Educação
CNMC – Comissão Nacional de Moral e Civismo
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PDS – Partido Democrático Social
UDN – União Democrática Nacional
CNA – Colégio Normal de Araranguá

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Araranguá

Figura 2 – Reprodução da planta original do Colégio Normal

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Colégio Normal de Araranguá em sua construção original

Foto 2 – Normalista uniformizadas no ano de 1965

Foto 3 – Primeira formatura do Colégio Normal de Araranguá, 1966

Foto 4 – Desfile de 7 de Setembro de 1966

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A PROBLEMÁTICA E OS ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	10
2 O CONTEXTO HISTÓRICO NO PERÍODO DE 1960 A 1980.....	18
2.1 GUERRA FRIA: O PAPEL NORTE-AMERICANO NA CONSOLIDAÇÃO DAS DITADURAS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO.....	19
2.2 O GOLPE DE 64 E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	25
2.3 DITADURA MILITAR EM SANTA CATARINA.....	47
2.4 ARARANGUÁ: EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA DITADURA MILITAR.....	52
3 COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE 1964 A 1980.....	60
3.1 O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ: SEDE DO COLÉGIO NORMAL.....	60
3.2 COLÉGIO NORMAL: CRIAÇÃO E FINALIDADES.....	62
3.3 ESPAÇO ESCOLAR: CONTROLE, PODER E OCUPAÇÃO.....	67
3.3.1 O prédio.....	67
3.3.2 A ocupação militar.....	74
3.3.3 O espaço como manifestação de controle e poder.....	80
3.4 QUADRO DE PESSOAL DO COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ.....	86
3.4.1 Diretores.....	86
3.4.2 Lentes Catedráticas.....	91
3.4.3 Os normalistas.....	94
3.5 ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ.....	100
3.5.1 As aulas.....	100
3.5.2 O civismo.....	107
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS.....	119

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: A PROBLEMÁTICA E OS ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é fruto da preocupação com a história do Colégio Normal de Araranguá, hoje Escola de Educação Básica, que em sua origem e por algum tempo de sua existência foi o único educandário formador de docentes da região do extremo sul catarinense, mais especificamente da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense). A sua criação data de novembro de 1963, porém o seu funcionamento somente ocorreu a partir de fevereiro do ano seguinte.

Em março de 1964, a referida Instituição Educacional iniciou suas atividades administrativas e pedagógicas concernentes à formação de professores – oficialmente para o ensino de primeira a quarta séries do ensino fundamental – ano em que os militares assumiram o governo no Brasil, impondo aos brasileiros e aos diferentes segmentos da sociedade vinte e um (21) anos de ditadura.

Identificar, descrever e analisar as implicações do golpe militar no referido Colégio, discutindo a sua rotina educacional, de 1964 até 1980, ano que assinala o início da Abertura Política, constituiu-se um dos propósitos deste estudo.

Ao analisarmos e escrevermos a história dessa instituição de Ensino, traduzida na presente dissertação, buscamos informações sobre o seu passado próximo, não somente para a problematização, sobretudo para a reflexão acerca da sua memória. Para corroborar esta intenção, reportamo-nos a Hobsbawn (1995, p. 13), cuja posição teórica e metodológica se encontra explicitada no princípio que:

[...] a destruição do passado - ou melhor, dos mecanismos sociais vinculados a nossa experiência pessoal e à das gerações passadas -

é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importante do que nunca [...]

O mundo atual se encontra em plena era de globalização, ou seja, da unificação de um presente, exageradamente presente, de um passado renegado e de um futuro sem amanhã. É, portanto, nesta ânsia insaciável de viver o agora, que o passado tende a se perder, levando consigo a identidade que assinala o ser humano como sujeito histórico.

É neste processo de negação universal do passado que a vivência pessoal e histórica de cada sujeito se torna ameaçada, correndo o risco de se perder sem deixar rastros.

Para não cair nesse contexto, nos lançamos à tarefa, inspirados na idéia da reconstituição histórica do Colégio Normal de Araranguá, por meio da cultura material escolar, de disponibilizar o acesso aos interessados neste campo de conhecimento, bem como preservar uma memória que transcende o isolamento. Nesse sentido, Said (1995, p. 15) é impositivo ao afirmar que:

[...] a invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado morto e enterrado, ou persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

A escolha desta temática pode ser justificada por diferentes razões, mas principalmente por sermos: professor efetivo da disciplina de História, do Colégio estudado; filho de um dos professores, naquela época, exonerado por conta da instauração dos Atos Institucionais.

Outro aspecto que merece ser destacado: o conhecimento de que, passados quarenta anos da criação do Colégio Normal de Araranguá, os poucos documentos, associado ao pequeno número de protagonistas ainda vivos da história daquela Instituição, demandam uma urgente intervenção para a preservação da identidade e da memória.

Sabíamos de início não ser fácil a investigação da história da instituição para a efetivação do presente estudo, mas de acordo com Gadotti (1994, p. 79) todo o projeto:

[...] supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em junção da promessa que cada projeto contém [...]

Foi, dessa forma, buscando romper com os obstáculos impostos pelo próprio contexto histórico, político e social do período em referência, que no presente estudo privilegiamos a produção escrita da história daquele educandário que, de certo modo, também se traduz em páginas da história da Educação do extremo sul catarinense, pelo seu pioneirismo na formação de professores.

Assim, esta investigação tomou como objeto os aspectos etnográficos e icnográficos inerentes à instituição educacional pesquisada, orientada pelo seguinte problema:

Em que contexto foi criado o Colégio Normal de Araranguá e a sua trajetória histórica entre os anos de 1964 – 1980?

Para tal, fez-se necessário o levantamento de dados que nos possibilitaram reconstituir alguns daqueles cenários como parte ou recorte da História da Educação no Brasil.

Convém dizer que as informações diversificadas e a dinâmica advinda das tecnologias atuais nos impedem, muitas vezes, de refletir e visualizar as

estreitas relações entre o mundo passado e a vivência das suas conseqüências no presente. Nessa direção, Félix (1998, p. 19) nos oportuniza pensar, na medida em que, sua argumentação se encaminha para a seguinte idéia:

[...] o povo que tenha "a história na mão" como instrumento de construção, isto é, quem tiver memória e consciência histórica, com mais segurança, será dono de seu presente e seu futuro. Todo grupo social que esquece seu passado, que apaga sua memória é mais facilmente presa de artimanhas e interesses de grupos; penaliza seu presente e desorienta-se diante do futuro.

Dessa forma, a relação do ontem com o hoje e o amanhã se constituiu uma das principais preocupações durante a pesquisa, que buscou a reconstituição da memória do Colégio Normal, desde a sua criação, com ênfase nas relações que se estabeleciam no funcionamento da sua estrutura física, administrativa e pedagógica, entre os anos de 1964-1980.

Para tanto, recorreu-se à pesquisa do tipo básica de natureza histórica, documental, exploratória, descritiva e analítica. O local de busca de dados foi o próprio Colégio, localizado no referido Município, acrescido de depoimentos de pessoas que viveram no período delimitado pela pesquisa. Para tal, recorreremos à História Oral, como forma de enriquecimento da temática proposta e observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos.

Segundo Pollack (1989), a história oral é, essencialmente, o registro da memória viva, embora etérea, de uma comunidade, de uma família, de uma pessoa, que permite a redescoberta de costumes e hábitos e a recriação de ambientes familiares ou coletivos.

A história oral, tal como dizia Le Goff (1990), a propósito da história do cotidiano, situa-se no cruzamento de alguns novos interesses da História. O autor lembra também que, no seio do cotidiano, há uma realidade que se manifesta de

uma forma completamente diferente do que acontece nas outras perspectivas da história: a memória.

Neste sentido, a possibilidade oferecida pela história oral, que nos dá a vantagem de poder ser um método usado independentemente de documentos escritos, propicia que se investigue o cotidiano das pessoas, considerando que a memória de um indivíduo é um ponto de partida de uma parte do todo, que é a memória coletiva.

Para compor este estudo, foram realizadas quatorze (14) entrevistas, em forma de relatos, com pessoas envolvidas no cotidiano escolar do Colégio Normal. Dentre essas, dois (2) diretores; quatro (4) lentes catedráticos, hoje, chamados de professores, e oito (8) ex-alunos, que manifestaram suas vivências relacionadas ao Colégio.

Conforme Haguette (1987, p. 75), a entrevista pode ser definida como um processo e interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro. A entrevista é muito mais do que só voz. Ela é gesto, movimento, observação de comportamentos e também silêncio. Em síntese, a entrevista é um momento da história se fazendo.

A maneira como realizamos as entrevistas foi bastante informal, por meio de um roteiro de questões semi-estruturadas. Todavia, uma vez marcada, antes de iniciá-la, procuramos sempre esclarecer o entrevistado quanto ao objetivo da pesquisa, para evitar que seu depoimento se desviasse do foco de nossa investigação. Solicitamos aos informantes que discorressem sobre o seu tempo de escola e, principalmente, comentassem suas lembranças de como eram as relações entre todos os segmentos sociais da instituição.

Quanto ao desenvolvimento das entrevistas, procuramos dirigi-las

objetivamente ao foco da discussão, buscando, realmente, atingir o que nos interessava saber: resgatar, nos discursos, o imaginário do entrevistado que remetesse à cultura escolar da época. Assim, buscamos perceber o ideário pedagógico da escola, bem como as relações de poder que estavam presentes nas diversas experiências dos sujeitos, permeando os espaços de seu viver e de seu cotidiano no educandário. Com permissão antecipada, algumas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Dentre os estudantes selecionados para as entrevistas, nossa atenção maior voltou-se aqueles que pertenciam às primeiras turmas do curso normal da instituição e que na trajetória de suas vidas optaram pela educação como profissão. Ressaltamos que um dos entrevistados corroborou com seus depoimentos em três momentos distintos da pesquisa: na qualidade de aluno, professor e diretor do educandário em questão.

Ao escrever o texto sobre a história do Colégio, procuramos contemplar as “falas” dos entrevistados. Em alguns momentos, transcrevemos na íntegra os depoimentos, com a identificação das pessoas. O mesmo procedimento foi adotado quando o foco era os diversos documentos analisados.

No percurso metodológico, o levantamento de dados foi viabilizado, tomando parte do acervo documental, constituído de atas, regimentos, fotografias, projeto arquitetônico, resoluções, atos administrativos e leis, envolvendo a rotina pedagógica da referida Instituição.

No tratamento com esse conjunto de informações, encontramos alguns documentos em péssimas condições de conservação, dificultando a sua leitura e transcrição, o que requereu providências de restauração e higienização.

Após a coleta, os dados foram cuidadosamente selecionados, transcritos e categorizados para posterior interpretação, cujo método foi a análise de conteúdo.

Na fundamentação teórica, pelo seu valor histórico, filosófico, político e sociológico da Educação em Santa Catarina, optamos por adotar, dentre as poucas publicações existentes neste campo investigativo, Fiori (1997) e Luciano (2001); incluindo as produções historiográficas, em âmbito regional, Hobold (2005), Campos (1989) e Piazza (1985 e 1995).

Quanto à História da Educação no Brasil, foram indispensáveis a produção de Nunes (1992), Lopes et al. (2003), Nosella et al.(2002), Ghiraldelli Júnior (2003) e Zotti (2004); essas associadas, ainda, à historiografia brasileira de Bobbio et al.(1983), Fausto (1999) e Germano (2005).

No cenário de amplitude histórica mais geral, foram adotados também Galeano (2000), Hobsbawn (1995) e Said (1995). Para fins de compreensão das relações de poder e suas diferentes formas de se manifestar, incluindo o espaço escolar, foram utilizadas as obras de Nóvoa (1992), Bittencourt (1997), Gadotti (1994), Fonseca (1997) e Foucault (1979; 2000; 2004).

Cabe listar, neste elenco de obras, aquelas de abordagem metodológica, em especial no tratamento com os documentos oficiais, por meio das referências de Lüdke e André (1986); Félix (1998) e Meihy (1996).

Para a compreensão da estrutura organizacional da pesquisa, o texto se encontra dividido em quatro capítulos, distribuídos da seguinte forma:

Anunciar a temática de investigação, seus objetivos, justificativa, o quadro teórico utilizado, os procedimentos metodológicos, bem como, a organização do texto, que constituiu o presente relatório foram elementos que integraram o capítulo 1.

Identificar e descrever como o golpe militar repercutiu no referido Colégio, apresentando que a rotina educacional da instituição sofreu fortes determinantes políticos entre os anos de 1964 a 1980, se constituem objetivo do Capítulo 2. Além disso, contempla a descrição da trajetória dos principais fatos que ocorreram no cenário latino-americano, assim como no contexto brasileiro, catarinense e araranguense.

O capítulo 3 privilegia a reconstituição histórica do Colégio Normal. Nele descrevemos e analisamos dados e fatos, como também as implicações que ocorreram naquele estabelecimento de ensino após o golpe militar. Foram os próprios dados coletados que subsidiaram a determinação das categorias de análise, que dizem respeito ao espaço escolar como local de repressão. Por isso, as atenções voltaram-se para: o prédio, a ocupação militar, as manifestações de controle e poder, o quadro pessoal e os aspectos pedagógicos. No entanto, o tratamento analítico das informações foi realizado à luz de um conjunto de literaturas específicas, que associado a traços singulares do objeto, retrataram o cotidiano do Colégio Normal de Araranguá.

E, por último, o capítulo 4, reservado às considerações finais.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO NO PERÍODO DE 1960 A 1980

Concomitantemente ao início do funcionamento do Colégio Normal de Araranguá, todo o País assistiu à ditadura militar ser instaurada. Para tal, o presidente da República do Brasil, João Goulart, foi deposto, assumindo o seu lugar o general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Esse fenômeno foi responsável pelo fim da liberdade de expressão e da democracia, por meio de atos institucionais e ações de repressão e violência que espalharam medo, tortura, dor e causaram a morte de muitos estudantes secundaristas, universitários, professores, intelectuais, artistas plásticos, escritores, jornalistas, políticos de oposição, trabalhadores e demais cidadãos brasileiros que fossem suspeitos de conspiração contra o governo imposto.

Os reflexos da ditadura militar foram visíveis e sentidos em todas as regiões, estados e municípios do País. Não apenas as relações políticas e econômicas foram alteradas com o advento do golpe de 64, como também a sociedade, a cultura e a educação, esta objeto de maior interesse desta pesquisa.

As relações de poder instauradas em todas as instituições, inclusive no universo escolar, foram centralizadas nos representantes do “poder”, que primavam pela redução da participação coletiva nas decisões que guiariam o destino do País.

O período ditatorial, que perdurou vinte e um (21) anos em nossa história, nos trouxe a vigência de um regime autoritário, agressivo, radical e sem escrúpulos, cujas manifestações na educação ainda acarretam conseqüências no ensino atual.

Para analisar as conseqüências do governo dos militares na educação do Brasil, procuramos identificar e compreender os principais acontecimentos que se

constituíram cenário para a história do Brasil e da América Latina, como parte do contexto mundial, em meados do século passado.

2.1 GUERRA FRIA: O PAPEL NORTE-AMERICANO NA CONSOLIDAÇÃO DAS DITADURAS E SEUS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO

No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a humanidade vivia um conflito de tensões e ameaças que ocasionaram a divisão do mundo em dois blocos: capitalistas, liderados pelos Estados Unidos da América, e o socialista pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A “Guerra Fria”, denominação atribuída ao conflito, se alastrava por diferentes territórios e nações, conquistando adesões, cujos reflexos ideológicos disseminaram o medo e espalharam um clima de terror.

O ocidente se encontrava envolto em um estado de guerra latente, com as relações entre os blocos antagônicos se tornando cada vez mais tensas, embora fosse vital para ambos manter áreas de influências e, se possível, ampliá-las. A paz armada foi um blefe utilizado na disputa de capitalistas e socialistas pela hegemonia mundial, no que diz respeito às relações de produção.

Essa guerra dominou o cenário internacional, na segunda metade do século XX, que pode ser considerado um período singular na história da humanidade. Gerações inteiras cresceram à sombra do temor da esperada batalha nuclear, pois acreditava-se que os ataques ocorreriam a qualquer momento, exterminando o planeta. Essa situação fez com que o mundo convivesse, por mais de quatro décadas, com a possibilidade do referido confronto. Todavia, apesar do pânico generalizado, as tais armas jamais foram utilizadas.

Diante desse cenário internacional, sociólogos, filósofos e analistas políticos, aliados aos demais pensadores do mundo, se debruçaram sobre a questão da ameaça atômica, justificada pelos governos das duas potências como estratégia de defesa militar. Dentre esses intelectuais, encontra-se o historiador inglês Hobsbawm (2004, p. 235), cuja posição é:

O material caro e de alta tecnologia da competição das superpotências revelou-se pouco decisivo. A ameaça constante de guerra produziu movimentos internacionais de paz essencialmente dirigidos contra as armas nucleares, os quais de tempos em tempos se tornou movimento de massa em partes da Europa, sendo vistos pelos cruzados da Guerra Fria como armas secretas dos comunistas.

O aumento desenfreado dos movimentos pacifistas e em favor do desarmamento nuclear fez o mundo retomar princípios esquecidos, por meio de organizações não governamentais (ONGs), que valorizavam o respeito ao próximo e ao ambiente planetário, a retomada dos valores em defesa da vida digna e dos direitos humanos.

Foi nesse momento histórico que o mundo aderiu à Campanha Antinuclear, por intermédio dos movimentos contraculturais¹, sobretudo, após o ano de 1968, quando se tornaram notórios em várias partes do mundo.

Além do pretexto contra o desarmamento, chamava-se ainda, por melhores condições de vida, por liberdade, pela revolução sexual, pelo fim da individualidade e do consumismo, contra a guerra do Vietnã, pelo respeito às mulheres, contra preconceitos raciais e em favor da paz e da humanidade. Essas

¹ O movimento de contracultura no Brasil teve seu apogeu no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. O secundarista carioca, Edson Luís, foi morto em uma operação policial de repressão a um protesto na frente do restaurante universitário *Calabouço*. Uma comoção nacional tomou conta do enterro, fazendo-se acompanhar por uma multidão de mais de cinquenta (50) mil pessoas, estando presentes inúmeros intelectuais e artistas. Disponível em: www.educatererra.terra.com.br - História por Voltarie Schilling. Acessado em: 23 de mar. 2006.

demandas ficaram somente no campo das reivindicações, não foram assumidas ou tão pouco atendidas pela classe dirigente mundial.

Conforme Hobsbawn (2004) foi nesse cenário político envolvendo a guerra fria, que os Estados Unidos passaram a interferir nas políticas nacionalistas dos países latinos, financiando as ditaduras militares para conter o avanço do comunismo internacional. Países como o Brasil, o Chile, a Argentina, o Peru, o Paraguai, a Colômbia e a Bolívia tiveram suas histórias alteradas e sentiram o peso das amarras punitivas e antidemocráticas impostas pelos regimes militares.

As manobras norte-americanas obtiveram êxito e as ditaduras se implantaram em vários países, cujos regimes apresentavam características semelhantes: abandono de relações comerciais com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o crescente alinhamento com os Estados Unidos. Outro aspecto que merece elucidação foi o processo de abertura acentuada para o capital estrangeiro, culminando com o endividamento e a dependência externa dos países subdesenvolvidos.

Com a guerra fria, também se instaurou: o desenvolvimento do modelo econômico-exportador, dando ênfase à agricultura e à implantação de indústrias; ao autoritarismo político, marcado pela supressão do direito de greve, à cassação de sindicatos, a imposição das eleições indiretas, a perseguição aos opositores políticos, as torturas e a violência.

Como forma de controle político, social e ideológico, a censura à imprensa foi uma das armas utilizadas pelos governos ditatoriais. O desrespeito às liberdades civis, o processo inflacionário, a intervenção na economia, por meio de empresas estatais, também foram características comuns dos governos que instauraram a ditadura militar nos países da América Latina.

De acordo com Arbex (1997), a dependência econômica e o atraso tecnológico dos países latino-americanos em relação aos Estados Unidos foram uma das razões para justificar a instalação das ditaduras. A impossibilidade de se rebelar contra a potência americana intimidava os dirigentes latinos, que manipulados pela pressão se aliaram ao capitalismo como solução necessária para alcançar o desenvolvimento.

Com o alinhamento econômico e, conseqüentemente, a “cooperação” e o financiamento para a composição das ditaduras governamentais nos países latinos, especificamente no Brasil, a educação passou, também, a ser um campo de influência do domínio norte-americano. Nesse sentido, formaram-se acordos internacionais entre o Brasil e os EUA, representados oficialmente pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) e a USAID (United States Agency for International Development). Realizados entre os anos de 1964 a 1971, propunham uma reforma de ensino em que o curso primário (cinco anos) e ginásial (quatro anos) se unificassem, passando a ser denominados primeiro grau, com oito (8) anos de duração. Assim também o curso científico, unido ao clássico, passou a ser denominado segundo grau, com três anos. O curso universitário se transformou em ensino de terceiro grau. Com essa reforma, eliminou-se um ano dos estudos, fazendo com que o Brasil tivesse somente onze níveis (séries) até chegar ao fim do segundo grau, enquanto outros países europeus e o Canadá possuíam no mínimo doze níveis.

A partir das primeiras imposições no universo educacional, desenvolveu-se uma reforma autoritária, vertical e domesticadora, que visava a atrelar o sistema educacional brasileiro dependente da política norte-americana.

Conforme Aranha (2002, p. 214), esse acordo

se assentava em três pilares: a) educação e desenvolvimento – formação de profissionais para atender às necessidades urgentes de mão-de-obra especializada num mercado em expansão; b) educação e segurança – formação de cidadãos conscientes. Daí as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSP); c) educação e comunidade – estabelecer a relação entre escola e comunidade criando conselhos empresariais e mestres.

As medidas impostas pelo acordo MEC/USAID visavam a atingir, principalmente, o terceiro grau, que tinha papel estratégico na formação dos quadros técnicos-profissionais brasileiros que os alinhava com a política norte-americana. Para a implantação do programa, o acordo impunha ao Brasil a contratação de assessoramento norte-americano e a obrigatoriedade do ensino da língua inglesa desde a primeira série do primeiro grau. Os técnicos oriundos dos Estados Unidos criaram a reforma da educação pública, que atingiu todos os níveis de ensino.

Segundo Germano (2005), a ênfase desses acordos era a privatização do ensino, pois esta seria a forma de expandir as oportunidades educacionais na medida em que as escolas privadas complementassem a ação do Estado. Conforme o relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Eapes), a gratuidade do ensino público deveria se referir apenas no tocante ao ensino primário. Nos níveis secundário e superior, o ensino público deveria ser gratuito apenas para aqueles que provassem falta de recursos.

Os acordos MEC/USAID, além de atingirem todos os níveis e ramos educacionais, também interferiram no funcionamento interior desse complexo sistema. Reestruturaram administrativamente as instituições, planejaram-nas sob a lógica do capital dependente. Competia ao Conselho Federal de Educação, por meio dos poderes a ele conferidos pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 4.024 de 1961), atender aos preceitos dos acordos. Nesse sentido,

o acordo investiu os Estados de um poder tecnocrata que garantiu o sucesso prático dos acordos e a instauração do consenso no interior das práticas educacionais. As idéias empresariais do *“american way of life”*, em sua fase de intensa globalização, iam criando caminhos mais eficientes para intervenção norte-americana na educação dos países sul-americanos.

Os líderes estudantis brasileiros discordavam de ingerência de um país estrangeiro nos assuntos educacionais brasileiros, principalmente em se tratando dos Estados Unidos. Por isso, originaram-se diversos movimentos de protestos e reivindicações que foram reprimidos pela força e coerção próprias do regime ditatorial brasileiro. Em função do movimento crescente, aliado a outras reivindicações, as organizações estudantis foram postas na clandestinidade. De acordo com Valle (1999), a repressão gerou, assim, uma violenta oposição liderada por diversos setores contra os acordos MEC/USAID, o que chamou a atenção da opinião pública mundial, principalmente quando bandeiras dos Estados Unidos da América passaram a ser queimadas nas manifestações de 1967, expressando a oposição radical dos estudantes às intervenções do governo norte-americano no País.

A influência norte-americana na educação brasileira existia e aumentou a partir da guerra fria, com a onda anticomunista. Os Estados Unidos passaram a exercer um controle político e ideológico dentro e fora do País. Contudo, isso não autoriza a afirmar que a política educacional brasileira, após o golpe de 64, seja decorrente apenas das imposições externas.

Conforme Germano (2005, p. 126):

A política educacional é primeiramente, um resultado do desenvolvimento histórico da formação social brasileira: da forma como tem ocorrido entre nós, a dominação de classe, com uma elite “despótica e senhorial”, que tem sempre gerido o Estado em seu

proveito, com a conseqüente exclusão das classes subalternas do acesso as conquistas sociais básicas – como a educação escolar – inerentes ao próprio capitalismo.

Percebemos que a aliança da hegemônica potência norte-americana com a burguesia enriquecida brasileira, que apoiara a consolidação da ditadura militar no País e, conseqüentemente, as imposições capitalistas, foi responsável também pelo destino da educação nacional. A prioridade máxima era a privatização educacional e a crescente exclusão da classe menos abastada do direito de freqüentar um ensino público e gratuito em todas as instâncias de ensino.

2.2 O GOLPE DE 1964 E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Recorrendo à história do Brasil, desde o período colonial, percebemos que as rebeliões, insurreições e revoltas fizeram parte da trajetória política do País. Inclui-se o golpe militar de 1964, com implicações marcantes na política, na economia, na sociedade, na educação e na cultura.

Para detalhar as causas do golpe militar, faz-se necessário retomarmos, no mínimo, 1961, ano que marca a renúncia de Jânio Quadros, sete (7) meses após ter assumido a presidência da República do Brasil. Esse fato possibilitou a manifestação de conspirações contra a liberdade política, vivenciada até então no país.

Naquele momento, o Vice-Presidente da República, João Goulart², estava em viagem ao exterior, mais precisamente na China Comunista. Enquanto isso, no

² João Goulart (01/03/1918 – 06/12/1976) havia sido vice-presidente de Juscelino Kubtschek. Ex-presidente nacional do PTB; ministro do trabalho de Getúlio Vargas, *Jango*, como ficou conhecido, era trabalhista, com inspirações nas causas populares e com forte influência nos ideais de esquerda.

Brasil, corria a ameaça do impedimento de sua posse, por manobra dos militares e parlamentares conservadores.

Desse impasse, surge no Rio Grande do Sul a Rede da Legalidade, movimento de resistência, articulado pelo governador Leonel Brizola, com o apoio do III Exército gaúcho, comandado pelo general Machado Lopes. À beira de um conflito, surge uma proposta conciliadora: a posse de Jango seria assegurada, mas condicionada à imposição de mudança de regime, com o intuito de limitar os poderes do presidente.

Durante algum tempo, o Brasil vivenciou o sistema parlamentarista de governo, liderado por Tancredo Neves. Também ocuparam o cargo de primeiro ministro Brochado da Rocha e Hermes Lima. No regime então instituído o Presidente da República desempenhava o papel de figura meramente decorativa: chefe do Estado, mas não do governo. Suas atribuições eram simplesmente protocolares, como comparecer a recepções oficiais, receber outros chefes de Estado e outras responsabilidades similares.

No dia seis de janeiro do ano de 1963, foi realizado o plebiscito que marcou o retorno do sistema presidencialista. Mattos e Swensson (2003, p. 8) ressaltam que, “numa proporção de cinco por um, os brasileiros votaram contra o sistema parlamentarista. Somente então, o presidente João Goulart, assumiu a presidência com amplos poderes, como chefe de Estado e chefe de governo”.

De acordo com Piletti (1991), com o respaldo popular, Goulart iniciou o processo de reformas sociais; redução da dívida externa; estatização das refinarias particulares de petróleo; reforma agrária sobre os latifúndios improdutivos; diminuição da inflação, sem exigir sacrifícios da classe operária; além do comprometimento com a distribuição da riqueza nacional, de forma mais eqüitativa.

Passado um ano e pouco mais de dois meses, em 13 de março de 1964, Jango conclamou o povo a apoiar suas Reformas de Base, incentivando a formação de sindicatos nas cidades e no campo.

O Congresso Nacional se opôs, o Exército se mobilizou e a sociedade conservadora, inclusive, a Igreja Católica se movimentou, por meio da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, alertando para a necessidade de “salvar o Brasil do comunismo”. Essa Marcha reuniu cerca de meio milhão de pessoas, que protestavam contra as ações governamentais, pois o impacto dessas medidas poderia ter repercussões sociais imediatas, despertando assim, a reação dos militares em diversas regiões brasileiras. Não tardou muito para que o golpe articulado pelas Forças Armadas se instaurasse no País.

Temendo os comunistas, que acabariam com o direito de propriedade privada e a concentração de renda, uma determinada camada da sociedade brasileira deu respaldo à intervenção dos militares. Neste sentido, Mattos e Swensson (2003, p. 10), afirmam que:

Segundo a Doutrina de Segurança Nacional, brasileiros aliados aos países comunistas procuravam desestabilizar o regime político com a finalidade de tomar o poder. Não se tratava, portanto, de combater o agressor externo, mas coibir a ação daqueles que, dentro do país, conspiravam contra o governo e desejavam colocá-lo sob a influência da União Soviética, da China e de Cuba.

Como dito, a conspiração encontrou apoio tanto nos setores políticos como religiosos, empresariais e militares. A queda de Jango foi apoiada expressivamente pela Escola Superior de Guerra (ESG) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Em clima de “guerra civil”, as manobras políticas de linha conservadora obtiveram êxito, em 31 de março de 1964, quando João Goulart foi deposto. Para não ser morto, Jango foi forçado a deixar o Brasil e se exilou no Uruguai. Seu

retorno somente aconteceu, após a morte, ainda em plena vigência do regime militar, que não lhe permitiu as honrarias atribuídas a um chefe de Estado. Assim, de forma quase anônima e muito discreta, contando com seus familiares e amigos mais próximos, o corpo de Jango foi sepultado no cemitério de sua terra natal, São Borja, no Rio Grande do Sul.

Conforme Piletti (1991), com a derrubada do governo popular de Goulart, o regime militar se instalou no País e se manteve por vinte e um (21) anos. Desde os primeiros instantes após o golpe, iniciaram-se as ações do aparelho repressivo, montado para extinguir a organização dos opositores que passaram a ser chamados de “subversivos e inimigos da pátria”.

O regime militar, instaurado entre os anos de 1964 até 1985, se caracterizou pelo autoritarismo³ e ações violentas e arbitrárias, utilizadas com finalidade de intimidação. A cassação de mandatos, direitos políticos, organizações sindicais, a censura à imprensa e outros tipos de repressão policial e militar obtiveram respaldo legal e jurídico por meio de Atos Institucionais (AIs), medidas discricionárias baixadas conforme as conveniências do regime.

Embora o terror houvesse sido generalizado pelos militares no governo do País, mesmo assim a oposição persistia com grupos que buscaram reação por meio de guerrilhas urbanas e rurais, sustentados em “ideais de liberdade” e reconquista dos direitos civis.

Políticos, estudantes e militares dissidentes compunham esses grupos de reação e de resistência política à ditadura, que atou as mãos, vendou os olhos,

³ De acordo com BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco (1983), o termo autoritarismo é empregado especificamente em três contextos: a estrutura dos sistemas políticos, as disposições psicológicas a respeito do poder e as ideologias políticas. Na tipologia do sistema político, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma pessoa ou de um órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas.

ensurdeceu os ouvidos e amordaçou a boca daqueles que não se conformavam com a situação em que fora submetida à nação. Os integrantes desses grupos foram perseguidos e cassados na “condição de terroristas”.

Portanto, a ordem era que os movimentos oposicionistas fossem austeramente reprimidos, como forma de evitar apoio da população. Para garantir o seu intuito, os militares centralizaram o poder, excluindo da vida política os setores representativos da sociedade civil, para desmobilizá-los.

Com o Congresso ameaçado devido à cassação dos políticos de oposição e pela aprovação de decretos, leis, atos institucionais e medidas provisórias, a ditadura impôs uma nova ordem à vida política nacional. Para elucidar o que se apresentava naqueles anos, Mattos e Swensson (2003, p. 13) denunciaram que

Logo após o golpe militar de 1964, uma vasta campanha de busca e detenção foi desencadeada em todo o país. Ruas inteiras foram bloqueadas e centenas de casas foram invadidas para a prisão de “subversivos”. No final da primeira semana após o golpe, mais de sete mil pessoas haviam sido presas. A revista Time estimou em 10 mil o número de detidos em uma única semana de abril de 1964. Trabalhistas, comunistas, dirigentes sindicais, militares e estudantes foram perseguidos e tiveram seus direitos políticos cassados. Cerca de 50 mil pessoas teriam sido presas em todo o país nos primeiros três meses do regime militar.

Apelando para a necessidade de reconstrução, restauração da ordem e da segurança nacional, o governo militar elegeu como seus objetivos: a defesa da integridade e a segurança nacional, a paz social, a preservação da democracia e afirmação da soberania nacional. Prometeu, sobretudo, “eliminar o perigo da subversão e do comunismo”, punindo os que haviam enriquecido pela corrupção enquanto governavam o País.

No entanto, as ações desencadeadas tomaram um sentido contrário do que havia sido proclamado. Germano (2005, p. 56) nos traz a informação de que “no

dia 9 de abril de 1964 foi assinado o ato institucional nº 1, pelo dito Supermo Comando Revolucionário, através do qual avocou a si poderes constituintes, enfraquecendo, portanto, o Legislativo, controlando o Judiciário e fortalecendo o Executivo”.

Esse ato, além de estabelecer a concentração dos poderes na mão do Executivo, suspendeu a imunidade dos parlamentares, cancelou a vitaliciedade dos magistrados e a estabilidade de funcionários públicos, autorizou o Executivo a efetuar a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais e a suspensão de direitos políticos a qualquer cidadão por um período de dez (10) anos. Foi responsável também pelo lançamento das bases dos Inquéritos Policiais Militares (IPMS) com a finalidade de apurar a responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou o seu patrimônio, e a ordem política e social ou de Atos de guerra revolucionária.

Com a invocação “da preservação dos princípios democráticos”, mais uma série de atos institucionais foram outorgados pela ditadura, além de uma constituição imposta, em 1967, e a Emenda Constitucional de 1969.

Destacamos o Ato Institucional número 2 (AI-2), de 1965, que extinguiu as eleições diretas para Presidência da República; decretou Estado de Sítio⁴ no país, sem prévia autorização do Congresso Nacional; acabou com o pluripartidarismo, instituindo o bipartidarismo, organizado em Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Convém salientarmos que o partido de oposição – MDB – funcionou na legalidade durante o regime militar por não

⁴ Com a expressão “estado de sítio” quer-se, geralmente, indicar um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública, criado por determinação da autoridade estatal ao atribuir poderes extraordinários às autoridades públicas e ao estabelecer as adequadas restrições à liberdade dos cidadãos (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco, 1983)

representar forte ameaça contra a ditadura instituída; na realidade, significava uma “oposição permitida” ao governo. Quanto ao Judiciário, estabelecia que, além dos ministros do Supremo Tribunal Federal, também os juízes federais seriam nomeados pelo Presidente da República. Aos Tribunais Militares competiam o estabelecimento de processos contra civis por crimes à Segurança Nacional. O AI-2 limitava ainda mais drasticamente o direito das pessoas punidas por suas condutas e atividades políticas, ao estabelecer o “Estatuto dos Cassados”.

De acordo com Germano (2005, p. 60):

Tal estatuto proibia, entre outras coisas, ao atingido, votar e ser votado em eleições sindicais; exercer atividade ou se manifestar sobre assunto de natureza política, bem como, com vistas à “preservação da ordem política e social”, poderia exercer um controle sobre o domicílio; proibir a freqüentar lugares públicos, aplicar o regime de liberdade vigiada etc.

O processo de radicalização do regime ditatorial continuou acelerado. Assim, devido ao resultado negativo das eleições de 1965 pelo governo, foi implantado o Ato Institucional número 3 (AI-3), responsável pelas Eleições Indiretas para governadores, que passaram a ser realizadas pela maioria absoluta das Assembléias Legislativas. Dessa forma, os governadores transformaram-se em “interventores” do Governo Federal, uma vez que os escolhidos deveriam ser aceitos e designados pelo Poder Executivo.

No caso do Ato Institucional número 5 (AI-5), datado de 1968, seu objetivo foi estabelecer que o Poder Executivo poderia cassar mandatos e direitos políticos, aposentar juízes, suspender garantia de hábeas corpus⁵, recorrer à

⁵ Conforme Acquaviva, Marcus Cláudio (1997), hábeas corpus é a doutrina em que a expressão garantias constitucionais pode ser tomada em sentido amplo ou restrito. Em sentido amplo seriam as providências que, na Constituição, sejam destinadas a manter os poderes no jogo harmônico das suas funções, no sentido contrabalançado das suas prerrogativas. Em sentido estrito, tais garantias seriam as defesas postas pela Constituição aos direitos especiais do indivíduo, formando um sistema

intervenção nos estados e municípios, além de conceder recesso ao Congresso, quando julgasse cabível. Valendo-se dessas prerrogativas, o Estado Militar passou a intervir na vida dos seus cidadãos, por meio de vasta e sofisticada rede de informações. Para tanto, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), pelo então general Golbery do Couto e Silva.

Além desse serviço, que adentrava a vida de qualquer brasileiro sem respeito ao sigilo ético, moral, físico e profissional, foram, também, suas criações: a Operação Bandeirante (OBAN) e o Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

O aparato repressivo e ideológico eliminou completamente a participação política dos vários setores da sociedade. No entanto, o Congresso Nacional foi mantido aberto, o que se apresentava como “fachada” para a manutenção da democracia pelo tirânico regime. O Congresso como os demais segmentos sociais e suas respectivas ações políticas, se encontravam sob o domínio dos militares, que aterrorizavam a população civil com suas práticas ostensivas de cassação dos direitos políticos, censura, repressão, prisões, tortura, acompanhadas, em larga escala, de morte e “ocultação de cadáver”. Esse conjunto de medidas para difundir a cultura do medo e do dever foi adotado pelos “homens da Ditadura” como instrumento para demarcar os limites e as fronteiras a serem respeitadas pelo cidadão comum.

Em referência a esse cenário da História do Brasil, Germano (2005, p.66) argumenta que:

Livre de qualquer controle social e político, o Estado atingiu, portanto, o mais elevado grau de autonomia (no período pós-64) –

de proteção da segurança da pessoa humana, da vida e da liberdade desta. O hábeas corpus, reitera-se, é o remédio que visa tutelar a liberdade de locomoção do indivíduo contra a violência ou coação ilegal da autoridade. Sua finalidade é garantir, proteger a liberdade individual.

notadamente no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas -, tornando-se evidente o sentido cesarista da intervenção militar. As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado disso foi instituída a censura à imprensa, à cultura e a educação.

No que se refere à educação, no mesmo dia do golpe – quando o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi depredado, destruído e incendiado – o meio estudantil passou a ser alvo das ações do aparato militar e dos organismos direitistas. Quase todas as entidades estudantis sofreram intervenção. A Universidade de Brasília (UNB) foi vítima de sua primeira invasão, acompanhada da “prisão indiscriminada” tanto de professores, quanto de alunos acusados de subversão e de comporem uma ameaça ao governo instituído. Inquéritos policiais militares, criados pelo ato institucional de abril de 1964, foram instaurados com o objetivo de controlar o universo estudantil e a universidade. Começou a surgir, embora desarticulada, a “oposição estudantil” diante do caráter repressor e violento do regime. Nesse sentido, o governo passa a extirpar a área de subversão identificada no espaço estudantil por meio de medidas que impediriam as atividades políticas e reflexivas no ambiente universitário. A extinção da UNE e da UEEs (União Estadual de Estudantes) e sua substituição por organizações diretamente ligadas ao governo são exemplos consideráveis da prática repressiva adotada pela ditadura militar no tratamento a educação.

De acordo com as pesquisas realizadas por Valle (1999, p. 37), referente à UNE e à UEEs:

[...] diante da perda da autonomia das entidade por causa de sua vinculação ao Estado, até mesmo os estudantes de tendência liberal antipopular – que se autodenominavam “democratas” – passarão à oposição ao governo militar, uma vez que este cerceia também suas manifestações políticas[...]

No decorrer dos tempos, o repúdio à política autoritária para com a universidade tornou-se bandeira de luta comum aos estudantes, independentemente de suas convicções políticas.

Após a edição do AI-3, em fevereiro de 1966, o movimento estudantil foi diretamente atingido pelo decreto Aragão, segundo o qual a UNE foi proibida também de funcionar como associação civil. Coibição que se tornou extensiva a todas as entidades estudantis e ao conjunto de suas atividades. Aquele ano marcou, também, a emergência das manifestações de rua, combatidas pelas ações repressivas do governo consideradas pelo presidente Castelo Branco como “uma ameaça à segurança interna na ótica da Doutrina de Segurança Nacional” (VALLE, 1999, p. 37).

As ações repressivas do governo para com a educação e com o movimento estudantil se solidificaram e adentraram em todos os níveis de ensino e se ramificaram por todo o País. Os estudantes, um dos setores mais tensos das relações civis com o governo, passaram a ser tratados no âmbito da segurança; seus problemas, “encarados como questão militar”. Tanto que, no dia 2 de janeiro de 1968, o presidente Costa e Silva baixou um decreto criando uma comissão especial para a formulação de uma nova política governamental para os estudantes. Foi constituída a Comissão Meira Mattos, cuja principal função era analisar a crise estudantil e sugerir mudanças no sistema de ensino, principalmente nas universidades. A comissão era composta por cinco membros, sendo presidente Meira Mattos, general de brigada pertencente ao corpo permanente da Escola Superior de Guerra (ESG) e comandante das forças militares brasileiras que participaram, sob a hegemonia dos EUA, da invasão da República Dominicana, em 1965. O pensamento militar expresso pela idéia da construção de uma grande

potência e da necessidade de combater a subversão foi de encontro à reforma universitária, na perspectiva de desmobilizar os estudantes e estancar o crescimento de oposição ao regime. Nesse sentido, passaram a incorporar as idéias básicas necessárias a expansão e racionalização da universidade, como: adoção do sistema de créditos, ciclo básico, ciclo profissional, matrícula por semestre, alteração do regime de trabalho, melhoria salarial, entre outras. Houve, portanto, uma fragmentação do currículo dos cursos superiores.

De acordo com Carminati (2006, p. 167):

[...] a fragmentação do currículo acadêmico, através da adoção de sistema de créditos que, além de fragmentar o conhecimento, objetivou destruir a possibilidade da criação de amizade entre os “colegas de curso”, prejudicando assim qualquer organização de estudantes[...]

Com todas as manobras educativas realizadas pela Comissão, sua principal atenção estava voltada aos assuntos pertinentes à ordem, à autoridade e à disciplina.

Segundo Germano (2005, p. 127-128), para restaurar a autoridade nas universidades, seria necessário “uma mudança no processo de escolha dos dirigentes universitários, excluindo a participação de seus próprios pares e centralizando o poder de decisão nas mãos do Presidente da República”.

Dessa forma, os princípios de fidelidade e responsabilidade para com a ditadura se mantiveram e tornaram-se diretamente vinculados à autoridade máxima do País, quebrando qualquer resquício de autonomia do ensino superior e transformando os reitores e diretores das unidades universitárias em meros delegados da “revolução”.

O ano de 1968, sem dúvida, foi o marco das manifestações estudantis contra as imposições da ditadura militar. No final de janeiro, os protestos dos

estudantes no Restaurante Calabouço, reivindicando melhorias de condição de higiene e funcionamento, foram reprimidos a tiros pela polícia no centro do Rio de Janeiro. Edson Luís, um estudante secundarista, foi assassinado pela polícia militar, um trabalhador honesto que não trazia em sua história “adjetivos como “líder subversivo”, “comunista”, “agitador”, tão caros às buscas militares. Morre indefeso enquanto fazia sua refeição no Calabouço – restaurante universitário, no qual auxiliava na limpeza para poder prosseguir seus estudos”. (VALLE, 1999, p. 66)

Foi o primeiro assassinato explícito da ditadura, levando, assim, setores da população de vários estados à indignação.

Na matéria do **Correio da Manhã** (apud VALLE, 1999, p. 42), veículo de comunicação do Estado do Rio de Janeiro, de 7 de abril de 1968, assim expressa:

Nesse momento, tombou morto um jovem estudante brasileiro, nosso filho – não um porco. Edson Luís, varado pela bala assassina que o matou, não teve tempo de ter tempo. O tempo de sua vida, ao qual tinha direito e do qual foi miseravelmente roubado, ergue-se de súbito diante da nação como uma imensa catedral sagrada, sob cujas abóbadas milhões de vozes deflagraram uma revolta. O tempo de Edson Luís, dilacerado e destruído pela bala homicida que o cortou, tornou-se de repente tempo histórico, tempo brasileiro, tempo de cólera e consciência, tempo de gritar: BASTA! Há instantes privilegiados em que um destino pessoal se dissolve no movimento da história. Nesses instantes, a formidável alquimia da história faz refulgir, com luz imperecível, o destino no qual toca. Edson Luís, assassinado pela polícia, explodiu como um paiol de tempo histórico, cujos clarões varreram de ponta a ponta a noite reacionária que o poder militar fez desabar sobre o país.

A extraordinária presença da população do Rio de Janeiro, tanto no velório quanto no enterro do jovem secundarista, revelou o maior apoio recebido pela classe estudantil dos diversos segmentos sociais. O tratamento repressivo dispensado aos estudantes levou a população a solidarizar-se com a categoria em seus protestos. A morte de Edson Luís foi o primeiro “incidente” a sensibilizar a opinião pública das causas estudantis.

As “oposições declaradas” contra as atividades do governo foram controladas legalmente pelo Decreto-lei nº. 477, que proibia toda e qualquer manifestação de caráter político por parte dos professores, alunos e funcionários das instituições brasileiras de ensino. Essa posição deixa claro que os sujeitos envolvidos no processo educativo deveriam voltar sua atenção apenas para os problemas pertinentes ao ato de aprender e ensinar os conteúdos escolares. As resoluções dos problemas de ordem política e social eram de atribuições apenas do governo brasileiro. Na ocasião, os grêmios estudantis do ensino médio foram transformados em centros cívicos, orientados por um professor de confiança da direção escolar, ou seja, transformou-se em mais um mecanismo de controle da ditadura militar, cuja finalidade era a fiscalização das atividades estudantis visando à “despolitização e a fragmentação” desse segmento da sociedade civil.

Com o intuito de manipular ainda mais a “consciência política” dos estudantes brasileiros, tornou-se obrigatório o ensino de EMC (Educação Moral e Cívica) nas escolas de primeiro grau, de OSPB (Organização Social e Política do Brasil) para o segundo grau e EPB (Estudo dos Problemas Brasileiros) para o terceiro grau.

Conforme Germano (2005), a presença da Educação Moral e Cívica nos currículos brasileiros significou uma reintrodução dessa disciplina nos programas educativos, uma vez que foi instituída pela primeira vez sob a denominação de Instrução Moral e Cívica em 1925. Na época, visava a combater o protesto estudantil contra o governo de Artur Bernardes, tornando-se disciplina obrigatória durante o Estado Novo (1937-1945). Com a Constituição de 1946, teve o seu caráter revogado. No período ditatorial brasileiro (1964-1985), a disciplina foi regulamentada pelo Decreto-lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969, tornando-se obrigatória. Ao

lado das medidas repressivas adotadas pelo governo brasileiro, a EMC, OSPB e EPB veiculavam um ensino propagandístico da Ideologia da Segurança Nacional e dos grandes feitos da “revolução” de 64.

A partir de 1970, novas publicações e reedições de livros didáticos referentes à Educação Moral e Cívica passaram a circular de maneira intensiva nos educandários brasileiros. Com o principal intuito de reafirmar a ordem estabelecida pela ditadura militar, tais obras evocavam os princípios da ordem, da moral e do civismo. Dois órgãos se responsabilizaram pela implantação e manutenção da Educação Moral e Cívica nas Escolas: o Conselho Federal de Educação (CFE) e a Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), criada por meio do Decreto-lei nº. 869/69. Tal como o CFE, a CNMC foi estruturada como órgão normativo pelo poder Executivo e seus membros eram escolhidos sem a participação popular. Estabelecia-se, assim, mais um mecanismo de burocratização do Estado, com cargos e nomeações. Os livros didáticos de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, antes de serem publicados, passavam pelo crivo do CNMC, que enviava parecer. A presidência da Comissão estava representada pelo general Moacir de Araújo Lopes que, juntamente com professores, padres e integrantes do exército brasileiro, constituíam os membros efetivos.

Segundo Germano (2005), o Regime militar, sustentado pela ideologia da Segurança Nacional, instituiu uma nova política educacional regulamentada pela Lei 5692/71, que concretizava a massificação do ensino, com a obrigatoriedade da escolarização de quatro para oito anos e com a organização do ensino de 2º grau profissionalizante. Ali também se explicitava a obrigatoriedade da Educação Moral e Cívica em todas as escolas brasileiras de todos os níveis de ensino como disciplina

e prática educativa.

Os militares utilizaram a educação de forma estratégica, controlando-a política e ideologicamente. A concepção de educação estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades de mercado e da produção. A escola servia de veículo de difusão da nova mentalidade a ser inculcada – da formação de um espírito nacional. O ensino propunha um modelo de socialização que tinha como estratégia: educar as crianças e os jovens nos valores e no universo moral, conformar os comportamentos do homem e da mulher e estimular o vínculo familiar.

Conforme Machado (2003), a institucionalização da disciplina de EMC procurou construir um “ideário patriótico” e de nação forte. Ressaltava os valores da moral, da família, da religião/fé e da defesa da Pátria, além de inculcar valores anticomunistas nos jovens e crianças. Explicitava como o Estado e os grupos dirigentes lidavam com a escolarização: a finalidade do ensino seria a formação genérica de um cidadão, amigo da Pátria e defensor dos princípios moralizadores. Essa visão educacional ultrapassou o âmbito escolar por procurar atingir toda a sociedade na perspectiva de criar uma moral do cidadão brasileiro.

Nesse momento, a importância do estudo da Educação Moral e Cívica estava no fato de, no Brasil, existir uma agressão interna contra o regime imposto, uma “subversão ideológica” e movimentos de guerrilha contra o golpe de 64, muito mais perigosos e notáveis do que qualquer manifestação externa. Daí a necessidade de se conscientizar a população sobre suas obrigações para com a “Segurança Nacional”. Reafirmamos que o principal objetivo de sua implantação no universo escolar era levar o educando a adquirir hábitos morais e cívicos, por conta da consciência de princípios, que o faria feliz e útil à comunidade. Mas para que o

educando se tornasse útil à sociedade e aprendesse a agir pela e com a Pátria, deveria buscar condicionamentos sadios e hábitos desejáveis, preferencialmente a obediência, o comodismo, a falta de consciência e de participação política.

A ênfase no estudo da Educação Moral e Cívica foi intensa e galgou a passos largos no período ditatorial brasileiro. Permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada a Lei nº. 8. 663.

Os currículos educacionais também sofreram outras alterações interessadas na manutenção do poder vigente. Segundo Carminatti (2006), a disciplina de Filosofia foi, praticamente, banida do segundo grau, assumindo um caráter optativo nos currículos oficiais das instituições de ensino do País, o que, na prática, significou o seu quase “completo abandono”. Por não possuir uma aplicação utilitária nos cursos de formação tecnicista, foi perdendo gradativamente seu lugar no ensino médio. No primeiro grau, fundem-se às disciplinas de História e Geografia, dando origem à nova disciplina: Estudos Sociais.

Essas modificações curriculares evidenciavam o objetivo dos militares: despolitizar e eliminar a crítica que as referidas disciplinas poderiam oportunizar aos estudantes brasileiros. Nesse sentido, entendemos que a concepção educacional da época se voltava apenas aos aspectos econômicos, isolando as questões políticas, sociais e filosóficas do cotidiano escolar, ou seja, a visão de educação estava atrelada e adaptada às condições do mercado e do lucro.

Destacamos que, durante a ditadura, foram criadas as escolas profissionalizantes, unindo o curso secundário ao técnico. Em seu currículo constavam disciplinas para a educação geral do aluno e a formação específica que dependia da habilitação escolhida. Tal habilitação deveria, conforme a necessidade

da região, ser voltada para a agropecuária, para a indústria, para o comércio ou para prestações de serviços. Entretanto, a profissionalização não se efetivou de fato, pois as escolas não possuíam infra-estrutura condizente com os cursos como, por exemplo, laboratórios, materiais e oficinas para as áreas de agricultura e indústria. Sobressaiam-se, então, os cursos voltados ao comércio, porque sua instalação e manutenção eram mais baratas. Afora esses problemas, sem a adequada preparação para o trabalho, firmou-se no Brasil um “exército de mão-de-obra barata e desqualificada, o que fez manter nossa dependência para com os países desenvolvidos” (ARANHA, 2002, p. 215).

Conforme Machado (2003), para agravar ainda mais a situação da educação, os governos militares implementaram uma política de recuperação econômica e de desenvolvimento baseada na internacionalização da economia, valorizando a entrada do capital estrangeiro no País. Dessa forma, houve um incentivo à implantação de multinacionais que necessitavam de diferentes graus de escolaridade do povo brasileiro. No entanto, as universidades não conseguiram absorver o aumento de procura por vagas, o que levou a um elevado número de “alunos excedentes”. Estes, depois de aprovados em exame, pressionam o governo pela abertura de maior quantidade de vagas. O Decreto nº. 68908/71, na tentativa de resolver o problema, criou o vestibular classificatório, no qual o critério deixou de ser a nota de aprovação no exame e passou a ser aceito apenas o número de candidatos condizentes com as vagas disponíveis, mediante classificação.

Um outro aspecto educativo de extrema relevância ocorrido no período da ditadura militar foi a adoção da pedagogia tecnicista. De acordo com Machado (2003), essa concepção buscou adaptar o sistema educacional brasileiro às necessidades da sociedade urbana, industrial e tecnológica. Em síntese, essa

proposta tentou produzir um capital humano para atender com maior eficiência e produtividade às demandas do mercado e da expansão econômica. Imbuídos de preceitos tayloristas e fordistas⁶ da administração geral de empresas, os educadores tecnocratas tentaram adequar os trabalhos pedagógicos às idéias de objetividade, organização, eficiência, racionalidade, burocratização e produtividade, que eram típicas das atividades empresariais/industriais.

Com as reformas impostas, manifestadas na criação de cursos profissionalizantes e na incorporação da tendência tecnicista, o analfabetismo continuava sendo um grande problema que assolava a realidade educacional do País.

Segundo as informações de Machado (2003), o governo militar, para minimizar essa situação, criou em 15 de dezembro de 1967, pela Lei nº. 5. 379, o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Tinha como principal objetivo: conduzir a pessoa humana à aquisição de técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-las à sua comunidade e com a prerrogativa de possibilidade de ascensão econômica e social. Tal objetivo estava, diretamente, relacionado ao acréscimo escolar na perspectiva de uma melhor condição de vida, porém deixava à

⁶ Taylorismo: Conjunto das teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaborado pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamentos pelo desempenho dos operários. O sistema foi muito aplicado nas medidas de racionalização e controle do trabalho fabril, mas também criticado pelo movimento sindical, que o acusou de intensificar a exploração dos trabalhadores e desumanizá-lo, pois procura automatizar seus movimentos.

Fordismo: Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que a empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir os custos, a produção deveria ser em massa, e dotado de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. E, para garantir elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem pagos e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas. Extraído de SANDRONI, Paulo (1999).

margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, bastava aprender a ler, escrever e calcular para que o cidadão estivesse apto a uma vida mais digna.

Para Corrêa (1979, p. 157), o programa de alfabetização funcional que compunha a metodologia do MOBREAL apresentava seis objetivos específicos:

- 1.Desenvolver nos alunos as habilidades de leitura, escrita e contagem;
- 2.Desenvolver um vocabulário que permita o enriquecimento de seus alunos;
- 3.Desenvolver o raciocínio, visando facilitar a resolução de seus problemas e os da comunidade;
- 4.Formar hábitos e atitude positiva, em relação ao trabalho;
- 5.Desenvolver a criatividade, a fim de melhorar as condições de vida, aproveitando os recursos disponíveis;
- 6.Levar os alunos:
 - a conhecerem seus direitos e deveres e as melhores formas de participação comunitária;
 - a se empenharem na conservação da saúde e a melhoria das condições de higiene pessoal, familiar e da comunidade;
 - a se certificarem da responsabilidade de cada um, na manutenção e melhoria dos serviços públicos de sua comunidade e na conservação dos bens e instituições;
 - a participarem do desenvolvimento da comunidade, tendo em vista o bem-estar das pessoas.

Ao analisarmos tais objetivos, percebemos que a principal preocupação foi a de fazer constante relação do indivíduo com o seu meio próximo, como forma de repassar suas responsabilidades e seu enquadramento numa verdade que não fazia parte de seus interesses imediatos. No tocante à formação de hábitos e atitudes positivas relacionadas ao trabalho, não há menção de que a alfabetização traria melhorias nas condições de trabalho e de salário do povo brasileiro.

Conforme Bello (1993), os estudantes deveriam conhecer seus direitos e deveres, mas não aqueles do Estado para com o cidadão. Dessa forma, não está inserida nos objetivos a obrigação dos serviços públicos para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, entretanto todos têm obrigação com a conservação,

manutenção e melhoria do patrimônio público. As metas estabelecidas não traziam qualquer referência à responsabilidade do Estado no atendimento à saúde e sua proposta para melhoria das condições de higiene básica da sociedade. Entretanto, diz que todo o cidadão deve se empenhar na conservação da saúde e da higiene pessoal e comunitária. Também a característica básica da educação dos adultos era uma espécie de “culto de obediência às leis”.

Para um melhor entendimento da política educacional empregada para a consolidação do MOBREAL, precisamos nos reportar a cerca de três meses antes da instauração da ditadura no País, ou seja, janeiro de 1964. De acordo com as considerações de Bello (1993), nessa data foi aprovada, pelo Plano Nacional de Alfabetização, a disseminação por todo o Brasil de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. A preparação do plano, com engajamento de estudantes, sindicatos e diversos grupos estimulados pela efervescência política da época, seria interrompido algum tempo após o golpe militar brasileiro.

Paulo Freire elaborou uma proposta de alfabetização de adultos conscientizadora, cujo princípio básico era: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”.

Bello (1993) nos diz que a proposta pedagógica de Freire baseava-se em um novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Antes, apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação de pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Portanto, o processo educativo passava a ser uma forma de intervenção na estrutura social que produzia analfabetismo. A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens

de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Além dessa dimensão social e política, os ideais pedagógicos freireanos se difundiam com forte componente ético, implicando um profundo comprometimento do educador com os educandos. Os analfabetos se reconhecem e são reconhecidos como homens e mulheres produtivos e possuidores de uma cultura. O mesmo autor expõe que Paulo Freire criticou a chamada “educação bancária”, que considerava o analfabeto como uma espécie de gaveta vazia onde o educador deveria depositar conhecimento. Tomando o educando como sujeito da aprendizagem, Freire propunha uma ação educativa que não negasse sua cultura, mas que a fosse transformando por meio do diálogo.

Nesse período, foram produzidos diversos materiais de alfabetização orientados pelos princípios da pedagogia libertadora, em geral elaborados regional ou localmente, procurando expressar o universo vivencial dos alfabetizandos. De acordo com Machado (2003), os materiais continham: palavras geradoras acompanhadas de imagens relacionadas a temas para debate e os quadros de descoberta, com as sílabas derivadas das palavras, acrescidas de pequenas frases para leitura. A característica dessa proposta é a referência à realidade imediata dos adultos, ou seja: sua problematização.

Todavia, com o golpe militar de 1964, os programas de alfabetização e educação popular que haviam se multiplicado entre os anos de 1961 a 1964, tornaram-se uma ameaça à ordem. Por isso, seus promotores foram duramente reprimidos. O educador Paulo Freire teve como réplica ao programa de educação libertadora seu exílio fora do País. O governo apenas permitiu a realização de programas assistencialistas e conservadores de alfabetização de adultos. Em 1967,

ele mesmo assumiu o controle dessa atividade, lançando o MOBREAL, alternativa do regime militar para solucionar a grave situação do analfabetismo no País.

O Mobral constituiu-se como organização autônoma em relação ao Ministério da Educação e contou com um volume significativo de recursos. Em 1969, lançou-se uma campanha massiva de alfabetização. Instalaram-se Comissões Municipais que se responsabilizaram pela execução das atividades, mas a orientação e a supervisão pedagógica, bem como a produção de materiais didáticos, era extremamente “centralizada” nos representantes da ideologia governista.

As orientações metodológicas e os materiais didáticos do Mobral reproduziam muitos procedimentos consagrados nas experiências de início dos anos 60, principalmente do método de Freire. Entretanto, esvaziavam de todo o senso crítico e problematizador. Propunha-se a alfabetização de palavras-chave, retiradas da “vida simples do povo”, mas as mensagens a ela associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna. Não traziam, portanto, a reflexão ao sistema capitalista como causador das injustiças e desigualdades sociais.

Entendemos que o MOBREAL, mesmo que inspirado nos métodos de alfabetização de Paulo Freire, não considerava o seu caráter libertador, conscientizador e político. Tanto que grande parte de seus alunos permaneceu “analfabeto funcional”, sem a habilidade de interpretação da realidade, portanto, sem criticidade diante da ditadura imposta. Na verdade, o programa configurou-se como mais um instrumento de controle e manipulação do governo brasileiro, ou seja, um acréscimo de manobras no processo educativo para propagar a alienação, o comodismo e o medo como fortes componentes na estruturação do comportamento brasileiro.

2.3 A DITADURA MILITAR EM SANTA CATARINA

Após a descrição histórica do cenário latino-americano e brasileiro e das manifestações da ditadura militar na educação, abordaremos as suas repercussões em Santa Catarina, a exemplo do Brasil, após o golpe de 1964.

Nesse contexto, papel fundamental a serviço do regime, foi desempenhado pela Assembléia Legislativa do Estado Catarinense que, mediante um dossiê que lhe foi encaminhado, constituiu a Comissão Parlamentar Especial, com base na Resolução de nº 77/64. A referida Comissão teve como função averiguar as acusações contra o Deputado Paulo Stuart Wright, eleito pela legenda do Partido Social Progressista (PSP). Pouco mais de um mês do golpe militar, no dia 4 de maio, a culpabilidade do referido deputado foi votada, declarando-se publicamente, a perda de seu mandato.

Nas eleições de 1965, o governador Ivo Silveira, fundador do PSD manteve-se no cargo depois de vencer o Senador da UDN, Antônio Carlos Konder Reis. O candidato Ivo Silveira assumiu o governo de Santa Catarina, no entanto em seu mandato, enfrentou momentos de muitos conflitos.

No ano seguinte, o vice-governador, Francisco Dall'Igna, teve os seus direitos políticos cassados pelos atos institucionais, acusado de ter ligações com o presidente deposto, João Goulart, e de pertencer ao PTB. Com a formação da ARENA catarinense, coube a Ivo Silveira a sua coordenação e a sua estruturação, constituída majoritariamente por ex-udenistas e ex-pessedistas.

Em troca da presidência da ARENA e da indicação do candidato ao Senado pelo PSD, o governador acordou com os militares que a UDN fizesse a

indicação do novo vice-governador, cargo até então em vacância. A indicação é de Jorge Konder Bornhausen, que assumiu o cargo no dia 15 de março de 1971.

Para a legalidade da sua posse, fez-se necessária uma reforma constitucional que alterou a idade mínima para a elegibilidade aos cargos de governador e vice-governador do Estado. Uma emenda constitucional aprovada pela Assembléia Legislativa passou de trinta e cinco (35) anos, instituída pela Constituição Estadual de 1947, para vinte e cinco (25) anos a idade mínima para exercício do mandato. Agora, com respaldo legal e por eleição indireta, o advogado Jorge Konder Bornhausen, no mês de janeiro de 1967, pelo Legislativo Estadual, uma vez que tinha na oportunidade vinte e nove (29) anos de idade, assumiu o cargo de vice-governador. Foi a última eleição para governador em pleno regime militar, conforme a determinação dos Atos institucionais nº 2 e 3, respectivamente de outubro de 1965 e fevereiro de 1966.

Piazza (1985, p. 456-457) recupera trechos do discurso de Ivo da Silveira no ato de inauguração no Palácio Barriga Verde, no dia 14 de novembro do ano de 1969, em Florianópolis, que evidencia a sua posição política a favor da ditadura:

Hoje, quando os horizontes políticos ainda se mostram nevoentos e algumas pessoas já não crêem na sobrevivência do regime, dou início ao palácio-sede da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, preso às convicções que animam a nação e seus altos dirigentes. Sou naturalmente democrata e tenho no dia 31 de março de 1964 o movimento de legítima defesa das instituições, o que visa a purificá-las das falhas nas quais a irresponsabilidade prosperava, aturdindo ilustres compatriotas e oferecendo campo livre à ação dos antidemocratas. O país se recusa a continuar vendo o seu impulso desenvolvimentista embaraçado pelos agitadores de qualquer procedência ideológica. Ele reclama o ambiente de ordem sem o qual serão baldados quantos esforços se fizerem para desvencilhá-lo das dificuldades atuais. Nenhum de nós, senhores, deseja viver ao largo da legalidade democrática. Mas todos compreendemos que o regime das liberdades públicas estará perdido para o Brasil se forem adotadas medidas capazes de pô-lo a salvo dos que o querem destruído. Seja esta obra, portanto, o ponto de encontro das vontades construtivas. Surja ela das brumas das incertezas de agora

como clara afirmação do nosso amor à democracia que garante o homem e eleva a pátria.

Muito embora tenha sido Ivo da Silveira eleito pelo voto direto, sua postura perante a ditadura militar era de conveniência, obediência e apoio.

Os indícios nos permitem entender que o medo de ter seu mandato cassado se avultou em relação à sua própria ideologia, uma vez que seu discurso militar dizia: os subversivos ou inimigos da Pátria são desordeiros que ameaçam um País em franco desenvolvimento. Compactuando com esses preceitos, o governador se mantém no cargo e se torna mais um aliado da ditadura instituída, após o Golpe de 1964.

O desenrolar da história política catarinense no período ditatorial seguiu “o curso natural”, sem grandes atropelos ou inquietações. As eleições indiretas instituídas com o AI-3 prevaleceram e os governadores empossados assumiram uma postura de “fiscalizadores e delegados” do governo federal.

Assim, em 15 de março de 1971, com mandato de quatro (4) anos, conforme disposto na Constituição Estadual do ano de 1967, o engenheiro Colombo Machado Salles assumiu o governo catarinense por meio do voto indireto. Como não possuía vínculos com os antigos grupos político-partidários pautou a sua administração em fundamentos técnicos. Seu governo teve por base o Projeto Catarinense de Desenvolvimento, depois transformado em Ação Catarinense de Desenvolvimento.

A estratégia do seu projeto previa a dinamização dos centros urbanos, relativamente desenvolvidos na época, que concentrassem parcelas de renda, além de permitir um novo impulso econômico com repercussões sociais. Assumiu o compromisso com a construção da segunda ponte e com a instalação de aproximadamente oitenta cinco (85) mil linhas telefônicas.

A referida ponte só foi construída durante o governo do presidente Emílio Garrastazu Médice (1969-1974), como parte das ações que adotara no sentido de exaltar o nacionalismo e afirmar o poder econômico do regime militar. Dentre as obras realizadas, também estavam a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

Esse contexto histórico oportunizou que Florianópolis recebesse a sua segunda ponte, ligando o continente à ilha de Santa Catarina, marco que simboliza parte das ações, realizadas no período da Ditadura Militar, que demonstravam coesão entre as forças políticas federais e estaduais.

No cenário político e histórico de Santa Catarina, no ano de 1974, o bacharel em Direito, Antônio Carlos Konder Reis, por vias indiretas, é conclamado a assumir o governo estadual, com mandato a partir de 15 de março de 1975.

Sua gestão, galgada no lema “Governar é Encurtar Distância”, teve como marca a construção de rodovias, com o apoio do Governo Federal, por meio do presidente Ernesto Geisel.

Konder Reis preservou o modelo desenvolvimentista apregoado pelos generais.

No dia 15 de março de 1979, indiretamente eleito, assumiram o cargo de governador do Estado e vice-governador, respectivamente, Jorge Konder Bornhausen e Henrique Córdova.

Jorge Bornhausen, em 1982, transmitiu seu cargo ao vice-governador Henrique Helion Velho da Córdova, que alegou razões particulares e também não concluiu o mandato. Assumiu, em 10 de janeiro de 1983, o desembargador Francisco May Filho, presidente do Tribunal da Justiça, que na mesma data transmitiu o cargo de governador ao presidente da Assembléia Legislativa, o

deputado Eptácio Bitencourt.

O governo de Henrique Córdova teve como expressão: a valorização dos salários e as obras municipais. Concedeu ao funcionalismo estadual uma reposição salarial com percentuais superiores àqueles normalmente estabelecidos. Por esse motivo, foi chamado a Brasília para explicar sua ação governamental. Entretanto, argumentou que, os cofres públicos de Santa Catarina tinham reais condições de conceder e arcar com os custos desse aumento.

Em final de 1979, os militares pressionados por organismos internacionais e nacionais não governamentais com as ameaças de denúncias das violências cometidas em nome da ordem nacional, em defesa dos Direitos Humanos atribuem ao general João Batista Figueiredo a tarefa de fazer a transição do governo militar para o governo civil.

Figueiredo possibilita, assina e concede a anistia política a todos os que se encontravam em exílio. Além disso, houve o retorno do pluripartidarismo, com a exigência de que as agremiações políticas tivessem suas siglas iniciadas com “P de Partido”.

Logo, nas eleições de 1982, com o voto direto, em uma das mais disputadas eleições da história catarinense, Esperidião Amim Helou Filho, do Partido Democrático Social (PDS), derrotou o candidato Jaison Barreto, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e tornou-se governador de Santa Catarina até 1987. Era a abertura política se consolidando rumo à democracia tão desejada pelo povo catarinense e brasileiro.

Na maioria dos municípios do interior, os reflexos do regime militar não se evidenciaram tão fortemente como na capital. As cidades também foram consideradas alvo de agitação política, entre elas Criciúma, Araranguá e Tubarão,

no Sul catarinense.

Os sinais da Ditadura Militar não foram tão aparentes, pois a ação da propaganda do aparelho repressor, que conseguia transpor a idéia de normalidade de um novo e dinâmico regime, preocupado essencialmente em promover o progresso e manter a ordem.

Para tanto, as escolas e os órgãos públicos, com suas práticas incessantes de civismo, se constituíram meios de fundamental importância para que o sentimento patriótico servisse de anestésico para acomodar os ânimos e coibisse qualquer reação de descontentamento. No extremo sul catarinense, alguns educandários serviram de base para investigação dos possíveis subversivos e inimigos da Pátria. As teorias educativas, antes voltadas à cidadania, à consciência de classe e ao diálogo foram substituídas pelas práticas da tortura e do silêncio. Para agravar ainda mais a situação, as associações estudantis atuaram na clandestinidade, sendo substituídas por entidades centralizadas nos homens que representavam à ditadura.

Havia, portanto, o poder invisível, porém coativo por meio de decretos, atos institucionais e leis que normalizavam as atitudes violentas do exército, que impunha a ideologia do medo e da repressão ao contagiar e manipular a mentalidade dos catarinenses.

2.3 ARARANGUÁ: EDUCAÇÃO E POLÍTICA NA DITADURA MILITAR

Cabe lembrar que, nos dez primeiros anos em que os militares detiveram o poder, os maiores focos de resistência ocorriam de forma clandestina, geralmente nos centros urbanos e nas bases de guerrilha, cujas manifestações mais exaltadas tinham como resposta tática as perseguições, as prisões, as torturas e as mortes.

Especificamente, em Araranguá, espaço geográfico onde reside nosso objeto de estudo, o mandato da última eleição foi mantido. Nos anos de 1964 e 1965, o prefeito José Rocha administrou o município sob os “olhares dos oficiais” estabelecidos na cidade.

De acordo com Hobold (2005, p.253):

O clima de desconfiança para com o Prefeito fez com que diversas vezes, o mesmo fosse chamado para depor, o que se transformou em rotina, no ofício do seu expediente. Sua gestão ocorreu de forma comedida, sem arrojados, pois Rocha não dispunha de recursos e não desejava comprometer o seu próprio governo.

Na região do Vale do Araranguá, dezenas de pessoas foram inquiridas, e muitas delas detidas por dias ou até semanas, principalmente aquelas que haviam sido identificadas como simpatizantes do socialismo e dos trabalhistas, personificados nas figuras de Leonel Brizola e João Goulart.

Em matéria publicada pelo jornal **O Sul**, do município de Araranguá, datada de 12 de abril de 1964, lê-se claramente que:

Na batida que o 14 BC acantonado em Araranguá fez nos últimos dias, foram detidas e presas duas pessoas e mais uma dezena foi inquirida para prestar esclarecimentos.

O Exército na luta com Deus pela a liberdade efetuou a prisão de Aimberê Machado e do pintor conhecido pela alcunha de Argentino. As provas foram material subversivo e armas de guerra. Segundo informações os presos foram levados para Criciúma. Quanto aos demais houve somente sindicância, posteriormente após ficarem detidos por algumas horas foram postos em liberdade.

O 14 BC, 2 Cia. de Florianópolis continua ainda com pelotão acantonado em Araranguá, não se sabendo a data de retirada.

Ressaltarmos que, para legitimar o discurso salvacionista acima descrito, os militares apoderaram-se das escolas e prédios públicos com um pesado aparato bélico. As edificações cuidadosamente escolhidas transformaram-se em pequenas bases, local de interrogatórios e depoimentos dos sujeitos considerados suspeitos

de contrariar as determinações dos militares.

O locais mais apropriados para as ações dessa natureza eram, de preferência, construções amplas e com muitos cômodos, permitindo assim a incomunicabilidade e o anonimato dos depoentes.

Para dar suporte às exigências da repressão militar, o Colégio Normal de Araranguá foi, sumariamente, ocupado na madrugada de primeiro de abril de 1964. Fundado um ano antes do golpe militar, tinha como objetivo primordial educar e desenvolver as potencialidades dos indivíduos, preparando-os para serem cidadãos. No entanto, contrariando seus preceitos, a instituição se converteu em difusora do medo. O forte controle sobre o processo educativo evidenciava que o exercício da cidadania poderia custar a seus alunos, professores, funcionários e comunidade escolar a “perda da liberdade ou da própria vida”.

De acordo com relatos orais dos que participaram como sujeitos desse estudo, constituindo-se na memória viva de parte da nossa história, os interrogatórios eram efetuados em uma sala de aula do referido colégio. Relatam ainda que os depoimentos eram realizados pelos oficiais das forças armadas. A patente do inquisidor era proporcional à pretensa periculosidade do inquirido ou pelo potencial desse indivíduo em vir a ser subversivo.

Nesse contexto em que as imbricações políticas, culturais e ideológicas eram almagamadas em representações de “disciplina e valores”, as fardas eram “garbosamente ostentadas” por toda a cidade.

Dentre os nomes arrolados para prestar esclarecimentos quanto a suas ações políticas, encontram-se personalidades locais conhecidas pelas suas atividades públicas e profissionais, podendo-se citar homens públicos, advogados, radialistas, sindicalistas e militantes partidários.

Desse seleto quadro de cidadãos faziam parte os prefeitos José Rocha e, posteriormente, Osmar Nunes, acompanhado de um advogado e professor de História do Colégio Normal de Araranguá. O munícipe a quem estamos nos reportando é o cidadão Severiano Severino de Souza que, após ser interrogado, foi preso e exonerado de suas atribuições docentes, pois pelo veredicto dos militares ele foi acusado por “práticas subversivas”, constituindo-se uma ameaça ao “poder militar”.

Nas eleições de 1965, o radialista Osmar Nunes assume a prefeitura municipal. Hobold (2005, p. 254) nos relata que “o prefeito eleito ficou durante seis meses sendo vigiado, alternando as suas atividades públicas com os interrogatórios, por conta da abertura de um inquérito administrativo”.

Naquela época, na presidência do Poder Legislativo Municipal estava Urbano Grechi. Nunes foi o último prefeito da UDN e ainda cumpria seu mandato. No bipartidarismo, filiou-se na Aliança Renovadora Nacional, partido criado para dar sustentação política ao regime militar. Vale lembrar que, para a oposição, o regime, forjando espaço aos opositores, criou o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Devido à inexistência de outro partido, as eleições para o cargo de prefeito, em 1969, foram disputadas apenas pelos arenistas em sublegendas. Da disputa entre Gercino Pasquali e Martinho Ghizzo, saiu-se vencedor o primeiro.

A sua gestão ocorreu no período em que o general Emílio Garrastazu Médice era presidente da República, caracterizado como protagonista da repressão, principalmente pelo combate aos supostos “terroristas”, enquanto no governo estadual estava Colombo Machado Salles, o primeiro governador por escolha indireta que substituiu Ivo Silveira.

A ARENA era composta por ex-udenistas, majoritariamente, e por ex-pessebistas. O Movimento Democrático Brasileiro estava basicamente composto por ex-pessebistas, petebistas e comunistas, que se abrigaram na sigla para disputar espaço no sistema instituído. Havia, ainda, partidos e movimentos não legalizados, formados por antigos comunistas e dissidentes da esquerda, cuja atuação se manteve na clandestinidade.

Em Araranguá, o MDB somente organizou o seu diretório municipal, no ano de 1972. Em manifesto publicado no dia 31 de agosto do mesmo ano pelo jornal **Correio de Araranguá**, a diretoria do recente partido declara que:

A juventude de Araranguá, a cada pleito eleitoral, via surgirem abusos e distorções resultantes unicamente de políticos acomodados, que, pelo fato de se não sentirem ameaçados em seus postos, muito pouco fizeram pela Cidade das Avenidas.

As convenções situacionistas, antes de parecerem a homologação de um possível nome para gerir a coisa pública, era, antes, o aquinhoamento, o prêmio, o brinde feito daquilo que demais sagrado existe: o patrimônio comum.

O povo, já calejado de tamanho comodismo, não via como exercer seu sagrado dever do voto, exatamente por não haver a possibilidade de demonstrar seu desacordo.

A população mais jovem de Araranguá se apercebeu que, enquanto nas grandes cidades, para qualquer cargo ou posto, já se vem exigindo um concurso ou diploma, aqui nada se vem exigindo do homem público, quase a deduzir-se que a administração do bem coletivo seja a função única para o qual não se requer o mínimo de preparo.

E, foi tentando mudar este estado de coisas, que nasceu o MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (MDB), em nossa cidade.

Surgimos, não para criticar o eminente Presidente Emílio Garrastazu Médice, nem tão pouco sua Excia o Senhor Governador Colombo Machado Salles – baluarte do desenvolvimento em nível federal e estadual. A nossa existência prende-se maciçamente aos problemas do Município de Araranguá.

Por isso, a partir de agora o eleitor terá uma alternativa: o MDB deu-lhe oportunidade de escolha. Para tanto, lançamos candidatos basicamente jovens, dinâmicos, descompromissados política e financeiramente com quem quer que seja. O grande alvo de nossas ambições é justamente o POVO, para quem dispensamos todo o respeito. Justamente por ser ele (povo) a única razão de nossa existência. Dos nomes escolhidos para a vereança municipal, incluímos o nome de duas moças, ambas estudantes, num gesto quase inédito de nosso passado político.

Nós não temos dinheiro (o que equivale dizer que não compramos votos). Nem tão pouco mendigamos solidariedade a ninguém em troca de favores. A nossa posição é cívica e conosco ficarão aqueles, desejosos de renovação, que sobrepõem os problemas da coletividade aos seus interesses privados.

Percebe-se, no discurso, que a intenção real do MDB araranguense é apenas fazer “contornos” na política local, não havendo propostas de mudanças em nível estadual ou federal. Pelo contrário, os elogios ao presidente da República e ao Governador do Estado são visíveis nesse manifesto. Portanto, a oposição política municipal era velada, sem arrojos ou intenção de alterar a realidade ditatorial na qual o país se encontrava. Na verdade, uma oposição permitida.

Tendo formado o seu diretório municipal, o MDB iniciou os preparativos para intervir no processo eleitoral de 1972. Convém destacar que, nesse diretório, parte significativa dos seus integrantes era composta por jovens. O partido atraía e conquistava inúmeros simpatizantes e se apresentava coeso, fortalecendo-se lentamente.

Muito embora o quadro favorecesse incondicionalmente os candidatos da situação, a campanha do MDB foi consolidada, conseguindo ocupar duas cadeiras na Câmara Municipal, firmando-se como uma alternativa capaz de liquidar com o continuísmo da política araranguense.

Mesmo não tendo uma oposição que ameaçasse ou desafiasse o sistema vigente, o braço forte da ditadura militar aliado à poderosa máquina do governo federal e estadual manteve a hegemonia da ARENA no poder araranguense até 1982, ano que assinala o fim da vigência do Ato Institucional número três (AI-3), determinando eleições diretas para os governos estaduais.

Entre o final de 1979 e início de 1980, no Vale Araranguense, Eduvirges Pires foi o último prefeito municipal da ARENA, enquanto Henrique Córdova assumia

o governo de Santa Catarina, quando Jorge Bornhausen renunciou para concorrer ao Senado, sendo este o último a governar sem o voto popular.

No cenário nacional, coube ao general João Batista Figueiredo a transição política iniciada por Ernesto Geisel, de forma “lenta e gradual”, estabelecendo a passagem de um regime mais agressivo/repressor para um regime mais ameno/conservador. O governo de Figueiredo, como dito anteriormente, foi assinalado pelo *processo de “redemocratização” do país*, preparando a retirada dos militares do governo e a sua entrega aos civis. Sua principal medida foi aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita.

O legado herdado pelas gerações que vivenciaram a ditadura militar, entre os anos de 1964 até 1980, caracterizou-se pelos traços de inflexibilidade, intransigência e, sobretudo, de absoluto controle nas eleições para os governos estaduais e municipais. Esse controle teve repercussões não somente nas instituições políticas, mas educacionais, com ingerência efetiva nas ações de diretores, professores, funcionários e alunos, bem como na estrutura e no funcionamento da educação. Destacamos que os conteúdos programáticos e a indicação de títulos e autores para serem adotados como livros didáticos passaram a ser fiscalizados, controlados e escolhidos pelos detentores do poder. As intencionalidades nessas opções estavam voltadas à idolatria patriótica, à formação de uma nação forte e desenvolvida e aos resultados positivos da implantação da ditadura militar.

Para dar conta dessa ideologia imposta pelo golpe de 1964, enfatizamos a suspensão das aulas de Filosofia, Sociologia e Psicologia, além da redução da carga horária de História do Brasil para uma aula semanal. Foram acrescentadas ao currículo escolar as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB),

Educação Moral e Cívica (EMC) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), que tinham a função de exaltar os princípios de patriotismo, civismo e a obediência ao regime imposto, retirando do ambiente escolar os preceitos democráticos, o diálogo e o despertar da criticidade.

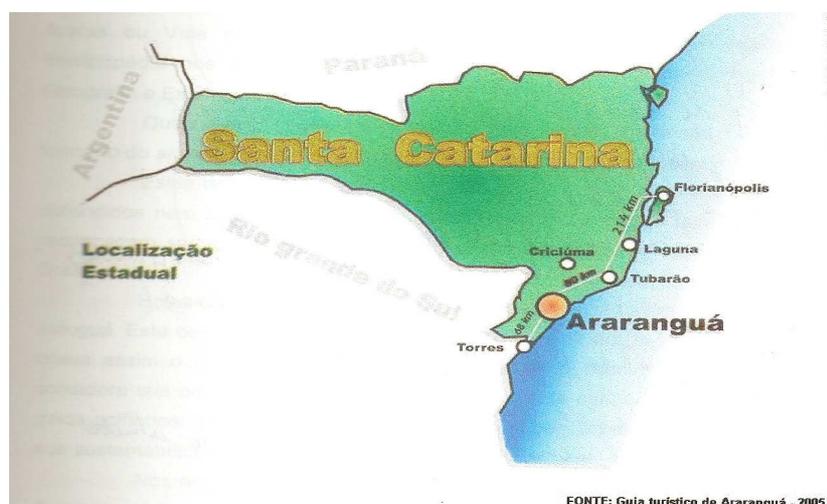
Este capítulo teve como foco descrever a trajetória dos principais fatos que ocorreram no cenário latino-americano, brasileiro, catarinense e, sobretudo, araranguaense. Não se deve perder de vista que, entre os anos de 1964 a 1980, período no qual nosso objeto esteve inserido, o espaço escolar foi utilizado como forte instrumento de manipulação de massa para a manutenção do poder vigente.

3 COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE 64 a 1980

3.1 O MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ: SEDE DO COLÉGIO NORMAL.

O Colégio Normal está localizado no município de Araranguá, que juntamente com outros quatorze municípios integra a Associação do Extremo Sul de Santa Catarina (AMESC). Para localizá-lo na região sul é apresentado o mapa a seguir:

Figura 1 – Mapa do Município de Araranguá



Com uma posição geográfica privilegiada, o local, no passado, serviu de passagem para os tropeiros que vindos do Rio Grande do Sul, incluíam aquela localidade como parte da rota para o transporte de cavalos, visando ao seu embarque para o porto de Laguna.

A passagem dos tropeiros, principalmente próxima à barra do rio, possibilitou o surgimento de um povoado, que passou a ser conhecido como

“Canjicas”. A pequena comunidade inaugurou a história de um povo que, posteriormente, se deslocou, seguindo o leito das águas, fundando um segundo povoado, denominado “Campina Grande”, hoje conhecido como “Araranguá”.

Em 3 de abril de 1880, deixa de pertencer aos domínios de Laguna, elevando-se também à categoria de município, pela Lei Provincial nº. 1.901.

No final do século XIX, o município entrou em pleno processo de expansão urbana, política, econômica, educacional e social. Seu traçado urbanístico, caracterizado por amplas ruas e avenidas, conferiu-lhe o título de “Cidade das Avenidas”.

Com o advento do século XX, a população local estava em torno de 10.700 habitantes e, sob a sua responsabilidade, encontravam-se um vastíssimo território, desde o rio Urussanga até o rio Mampituba, fronteiro com o Rio Grande do Sul e a oeste, até a Serra do Mar. No que se refere à economia, o município contou com as seguintes atividades: lavoura e industrialização da cana de açúcar, cultivo da mandioca, do milho e do feijão, exploração do carvão mineral energético, além da extração de excelentes madeiras de diversas qualidades, todas pertencentes ao vale araranguense.

Documentos oficiais localizados no Arquivo Público do Município de Araranguá (APMA) demonstram que o número de escolas públicas era pequeno e estas apresentavam precárias condições físicas. Ao todo, somavam dezoito (18) unidades de ensino subvencionadas mensalmente com apenas quarenta mil (40.000) réis.

3.2 O COLÉGIO NORMAL: CRIAÇÃO E FINALIDADES

Em 1963, em razão da ausência de professores devidamente habilitados e dedicados ao magistério público primário, foi criado sob aprovação da Lei nº. 3.333 o Colégio Normal de Araranguá, único pólo formador de docentes do extremo sul catarinense. A criação do educandário deu-se em consequência de uma antiga reivindicação da população local aos representantes do governo de Santa Catarina.

Em 4 de novembro do referido ano, foi decretada pela a Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador catarinense Celso Ramos a criação do Colégio Normal de Araranguá, expresso na seguinte Lei:

Art. 1º – Fica criado, na cidade de Araranguá, um Colégio Estadual, que funcionará nos termos do art. 86, alínea h, da lei nº. 3191, de oito de maio de 1963, combinado com o art. 6º do decreto nº. SE – 22-02-63/105.

Art. 2º – No ano de 1964, funcionará a primeira série de que trata o art.47, item II, do decreto nº. SE 22-02-63/105, as demais serão organizadas conforme as necessidades do ensino, naquele ano ou nos anos subseqüentes.

Art. 3º – Ficam criados, no quadro geral do Estado, os seguintes cargos que serão lotados no Colégio Normal de Araranguá.
12 (doze) de lente Catedráticos, de provimento efetivo, padrão M-M-31;
1 (um) de Secretário de provimento em Comissão, padrão 19 – C;
1 (um) de bibliotecário, de provimento efetivo, padrão 1 – 17

Art. 4º – O Colégio Normal de Araranguá terá o seguinte pessoal extra numerário – mensalistas:
4 (quatro) – Auxiliar de Escritório
1 (um) – Zelador de Gabinete de Ciências e Laboratório
2 (dois) – Bedel
5 (cinco)– Serventes

Art. 5º O Departamento de Educação da Secretaria de Educação e Cultura, providenciará a instalação e o funcionamento do Colégio Normal de Araranguá, nos termos da lei em vigor.

Art. 6º – Fica a Secretaria de Educação e Cultura a abrir o concurso para o provimento dos cargos de lente catedrático do Colégio Normal de Araranguá de acordo com a necessidade das cadeiras respectivas.

Art. 7º – As despesas decorrentes da presente lei, correrão a conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura assim a faça executar.

As atividades desse educandário tiveram início em fevereiro de 1964, embora o começo das aulas tenha sido autorizado para a primeira segunda-feira do mês de março, sob as orientações da Secretaria de Educação e Cultura, por intermédio do seu inspetor regional, cargo ocupado naquele ano por Américo da Silva.

No dia 15 de março do referido ano, na presença de convidados especiais, o corpo docente, discente, funcionários e membros da comunidade escolar participaram da Aula Inaugural, proferida pelo inspetor regional e também primeiro diretor da Instituição.



Foto1 - Colégio Normal em sua construção original
Fonte: Colégio Normal de Araranguá, 1976.

Conforme registros escolares:

Foram organizadas bancas examinadoras para os Exames de Admissão a 1ª série do curso ginásial. Foram inscritos sessenta e nove (69) candidatos que compareceram às provas nos dias 22 a 29 de janeiro, sendo aprovados trinta e nove (39) alunos, que foram matriculados junto a outros transferidos de outros estabelecimentos. Funcionaram neste primeiro ano do Colégio Normal de Araranguá, a 1ª e 2ª Série do Curso Ginásial, bem como, a 1ª Série do Curso Normal, totalizando cento e cinquenta e seis (156) alunos, esses de ambos os sexos.

Em 1965, foi criada pelo Decreto nº. 65/2447 SE, de 15 de janeiro, e publicado no **Diário Oficial**, de 22 de janeiro, a Escola de Aplicação, anexa ao Colégio Normal de Araranguá.

Coube ao governo de Santa Catarina a manutenção da instituição, que tinha como finalidade servir de campo à prática, à orientação e à experimentação pedagógica, cabendo a orientação pedagógica ao titular da cadeira de Didática, Legislação e Prática de Ensino.

De acordo com os apontamentos da instituição, o Colégio de Aplicação possuía dois objetivos primordiais: educar a criança, despertando-lhe os aspectos afetivos, intelectuais e psicomotores; e dar condições ao aluno no desenvolvimento de sua auto-realização. Pela finalidade a que se propôs a Escola de Aplicação, a direção se preocupou em obter professores capazes para que os objetivos propostos no planejamento geral da escola fossem atingidos no decorrer das atividades escolares. A Escola de Aplicação inseriu-se na comunidade para provocar mudanças na elevação cultural do município de Araranguá.

Para suprir a grande procura de trabalhadores que tinham interesse em dar continuidade a seus estudos, no mesmo ano foi criado o curso ginásial noturno, cujos exames de admissão foram realizados em 25, 27 e 28 de março, com a

participação de 44 inscritos e a aprovação de 19 alunos. As aulas da primeira série ginásial no período noturno, tiveram início no dia 2 de abril de 1965.

A trajetória educativa do Colégio Normal de Araranguá até 1980 foi marcada por profundas transformações que se concretizaram por meio de imposições legais e pelo próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. A partir de 1970, o Conselho Estadual de Educação implanta o Novo Plano Estadual de Educação, aprovado pela sessão plenária de novembro de 1969. Pelo crescente número de alunos que demandam dos mais diversos municípios do Vale a fim de empreenderem sua jornada escolar, cria-se em 1970 o Ciclo Básico II, com a implantação da quinta série, ampliando-se progressivamente até a oitava série.

A Lei nº. 5692, instituída em 1971, preconizava o ensino profissionalizante de primeiro e segundo graus, incluindo no programas componentes curriculares afins. Em dezembro de 1973, institui-se no município o Centro Intercolegial Integrado de Araranguá (CICIAR) cujas unidades escolares integradas foram: Colégio Normal de Araranguá, Colégio Nossa Senhora Mãe dos Homens e o Educandário Madre Regina. O principal objetivo dessa fusão de educandários era oferecer aos discentes araranguaenses cursos profissionalizantes para inseri-los no mercado de trabalho. Esse acordo foi publicado no **Diário Oficial** de nº. 9903, datado de 01 de janeiro de 1974. Esse ano foi marcado pela formatura da última turma de normalistas e pela criação da primeira associação de pais e professores do Colégio Normal para a gestão 73/74/75.

Para dar conta das imposições legais, no ano seguinte foram criados os seguintes cursos profissionalizantes: Assistente de Administração, Auxiliar de Análises Químicas, Técnico em Estatística, Comercialização e Mercadologia, e Secretariado. Esses cursos apresentavam um núcleo comum na primeira série do

segundo grau. Também ofertaram o Curso Adicional de mais um ano ao Magistério, o quarto adicional, com o propósito de preparar professores para atuarem na educação infantil.

Em 1975, a filosofia do colégio reforça os objetivos propostos nos planejamentos gerais: enquadrar a escola ao objetivo específico da Lei nº. 5692, que é proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização e preparação para o trabalho e para a cidadania. Nesse sentido, foram criados também os cursos de Magistério e Técnico em Contabilidade.

Nesse ano, o Colégio abrigou 318 flagelados da grande enchente que assolou o litoral Sul do País, especificamente os municípios de Tubarão e Araranguá.

A nomenclatura da instituição foi alterada, e a partir de 1978 passou a se chamar Colégio Estadual de Araranguá.

No início do ano letivo de 1980, os objetivos educacionais do educandário tinham como finalidade a mobilização de esforços, por meio de recursos humanos e materiais, para alcançar um desenvolvimento eficaz em todas as áreas de estudo e obter uma plena realização de toda a prática educativa planejada pelo colégio. As ações pedagógicas voltaram-se também para as comemorações do aniversário da instituição, inserindo a comunidade escolar em uma vasta programação de atividades no sentido de valorização da instituição. Dentre essas atividades, destacavam-se as de natureza recreativa e integradora como: competições esportivas, gincanas, rua do lazer, bailes e almoços. E, as de caráter cívico e religioso como missas, homenagem à bandeira, apresentações de corais, além da inauguração de uma placa alusiva ao 17º aniversário do Colégio Estadual de

Araranguá. Ressaltamos que as festividades desenvolvidas neste ano pela escola coincidiram propositalmente com o centenário da emancipação política do município de Araranguá.

3.3. O ESPAÇO ESCOLAR: CONTROLE, PODER E OCUPAÇÃO

3.3.1 O Prédio

Em matéria publicada pelo jornal **Correio de Araranguá**, datada de 18 de dezembro de 1965, em encarte especial sobre os educandários do município, fez-se menção à instituição, com ênfase na construção do prédio:

O Colégio Normal de Araranguá, uma obra de vulto que enriqueceu o patrimônio escolar da cidade, foi idealizado pelo saudoso governador Jorge Lacerda. Ainda nos alicerces, o governador Celso Ramos deu andamento a construção, inaugurando o majestoso edifício, que se tornou um dos mais modernos do Estado.

Atualmente, encontram-se em pleno funcionamento os cursos Normal, Ginásial e Primário. Todas as séries.

O Colégio Normal de Araranguá conta com cerca de mil alunos, modelares instalações com todos os requisitos da moderna pedagogia. Inteiramente gratuito. Corpo docente de alto nível.

O importante educandário tem a dirigi-lo o Major Luís Fabrício de Lima, que desempenha suas funções com verdadeiro carinho e devoção.

A reivindicação da comunidade araranguaense no sentido de obter uma escola normal pública e gratuita do governo estadual procede de meados da década de 1950. Na época, o Governador do Estado Jorge Lacerda⁷ (1956-1958) e Heriberto Hülse (1958-1961) foram os responsáveis pela pedra fundamental do

⁷ Jorge Lacerda foi governador do Estado de Santa Catarina de 1956 a 1958. Morreu em um acidente aéreo em São José dos Pinhais, no dia 16 de junho de 1958, aos 43 anos. Na mesma ocasião também morreram o ex-presidente da república Nereu Ramos e o deputado federal Leoberto Laus Leal, ambos catarinenses. Foi sucedido pelo vice-governador Heriberto Hülse. Seu governo embora breve foi marcado por duas obras fundamentais: a primeira rodovia asfaltada ligando Itajaí a Blumenau e a constituição da Sociedade Termoelétrica de Capivari, mais tarde anexada a Eletrosul.

Colégio e pela construção dos alicerces da edificação. Embora a construção tenha sido abandonada, os méritos iniciais cabem aos dois governadores. Prova disso é a planta original do Colégio Normal de Araranguá, que data de 1960 e que foi assinada pelo desenhista araranguense Vilson Oliveira.

Mas a solidificação dos alicerces e a elevação do prédio ocorreram alguns anos mais tarde, ou seja, em 1963, na gestão do governador Celso Ramos. A doação ao Estado do terreno para o Colégio Normal de Araranguá ocorreu apenas em 1974, de acordo com a Lei nº. 590/74, na administração do Prefeito Lino Jovelino Costa.⁸

A grandiosa edificação, ainda eminente nos dias atuais, ocupa uma esquina no centro do município de Araranguá. Três avenidas perpassam o terreno da instituição: no sentido horizontal a Avenida Getúlio Vargas e a Avenida Coronel João Fernandes, que são verticalmente cortadas pela Avenida Capitão Pedro Fernandes. O educandário foi construído sobre um terreno em declive, com ampla área para lazer e esporte.

O Colégio Normal de Araranguá não privilegiou apenas seu espaço de aprendizagem para os futuros professores primários, mas concentrou, ao longo de sua trajetória, a formação de alunos das séries iniciais, do primeiro e segundo graus e demais cursos profissionalizantes, necessários em cada fase histórica vivenciada

⁸ A Lei 590/74 foi assinada pelo prefeito Lino Jovelino Costa e registrada na Secretaria da Prefeitura de Araranguá no dia 16 de maio de 1974. Artigo primeiro: Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Estado de Santa Catarina um terreno com área de 8.180,25 metros quadrados, sito nesta cidade, à Avenida Getúlio Vargas, com as seguintes confrontações: frente, ao Norte, com a Avenida Getúlio Vargas, onde mede 65 metros; fundos, ao Sul, com a Rua Coronel João Fernandes, também com 65 metros; ao Leste, com a Rua Capitão Pedro Fernandes, onde mede 125, 70 metros; e a Oeste, com as terras de Adelina Vacari Mello, com 126 metros, o qual se encontra devidamente registrado sob o número 1.301, no Oficial de Registro de Imóveis da Comarca, onde fica localizado o Colégio Normal de Araranguá. Artigo Segundo: Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

pela instituição.

Para dar conta da análise da arquitetura utilizada na construção do educandário, o arquiteto Luís Maurício Pereira⁹ corrobora com a informação de que “o estilo característico do Colégio Normal de Araranguá é o *art déco*¹⁰, as fachadas apresentam rigor geométrico e ritmo linear, com fortes elementos decorativos em diversos materiais”.

O prédio foi projetado no momento em que a industrialização e o desenvolvimento do Brasil eram as principais metas tanto em nível federal como estadual.

Conforme Nosella e Buffa (2002, p. 42):

É importante esclarecer que a arquitetura, enquanto expressão humana, nunca é arbitrária, causal, e sim uma linguagem orgânica dos valores e potencialidades de uma determinada sociedade. À primeira vista, é possível não se perceber o significado dos elementos da concepção arquitetônica de um edifício, mas, na verdade, cada elemento materializa concepções, opções, valores, preocupações humanas.

Essa ampla construção veio ao encontro da realidade na qual o país estava vivenciando. Grandes melhorias no aspecto arquitetônico foram realizadas:

⁹ Luís Maurício Pereira graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Carteira Profissional nº. S1044138-1. Entrevista realizada em 3 de março de 2007

¹⁰ O *Art Déco* é caracterizado por um eclético estilo de *design* que se desenvolveu no início do século XX. Inicialmente, foi chamado de moderno, recebendo depois o nome de *Art Déco*, em consequência da Exposição Internacional de Artes Decorativas Industriais e Modernas de Paris, em 1925, a qual celebrou a vinda do mundo moderno. Hoje o termo *Art Déco* é usado para se referir a uma mistura de estilos dos anos 20 e 30. Esse foi exatamente o período do apogeu da *Art Déco*, e corresponde ao intervalo entre as duas guerras mundiais. A arquitetura e as artes aplicadas do período *Art Déco* revelam uma mistura valiosa. No entanto, a maior parte compartilha a marca característica da geometria e da simplicidade, freqüentemente combinadas com cores vibrantes e formas simples que celebram o crescimento do comércio e da tecnologia. É o *design* abstrato e o uso da cor pela cor.

construção de escolas, hospitais, rodovias e até da nova capital do Brasil – Brasília. Essas obras “faraônicas”, mesmo que atreladas ao capital norte-americano, tinham como finalidade modificar a “fisionomia” do Brasil diante do mundo. Na época, o presidente da República, Juscelino Kubtschek, almejava desenvolver o Brasil cinqüenta (50) anos nos seus cinco (5) anos de administração, independentemente do aumento da dívida externa, da dependência econômica, dos encargos e da miséria do povo brasileiro.

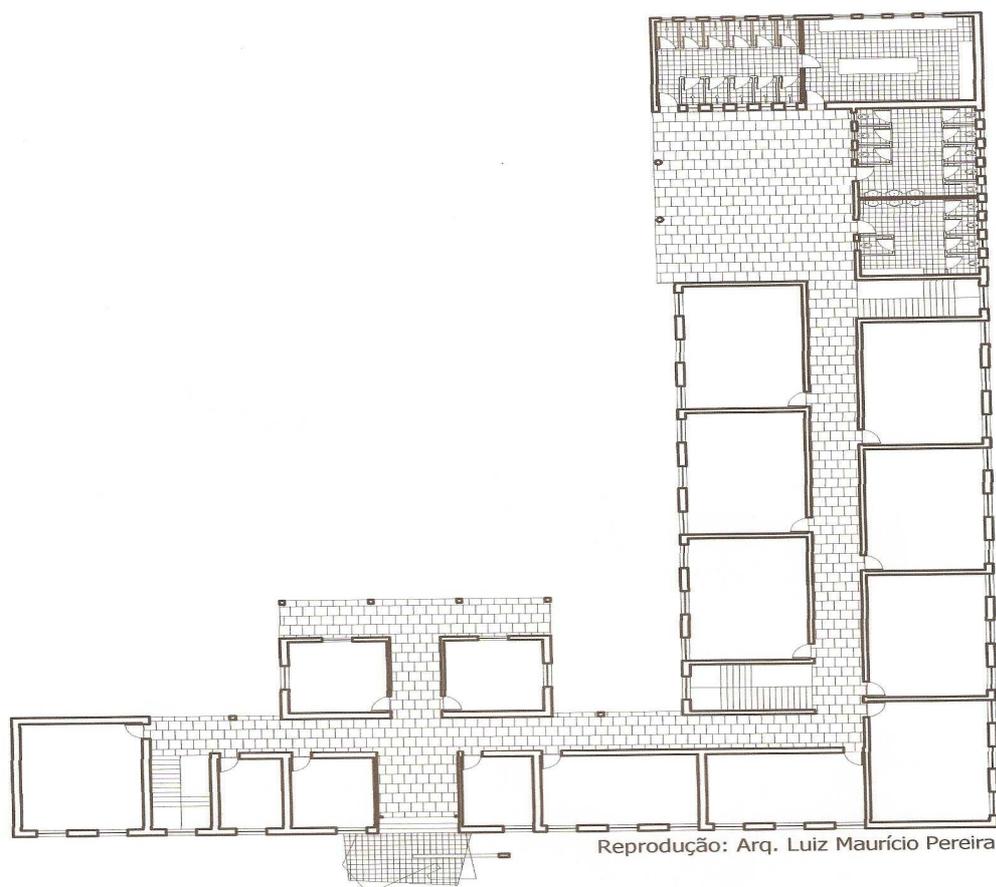
Para melhor fiscalização do espaço físico e, conseqüentemente, dos discentes, Cipriani (2006. p. 14) nos aponta “que as construções escolares deveriam possuir o formato de T, H, L, U ou E”. Seguindo essas normas arquitetônicas, o Colégio Normal de Araranguá edificou sua construção em forma de ‘L’, que permitia, além de um controle amplo da instituição, melhor infiltração solar e maior ventilação do ambiente.

Conforme a proposta educacional e arquitetônica em vigor na época, para se conseguir maior eficácia no controle disciplinar dos discentes, recomendava-se que, no formato das salas de aula, o comprimento deveria prevalecer sobre a largura, pois evitaria a dispersão dos alunos para os lados, facilitando a fiscalização do professor. Além disso, as carteiras eram distribuídas harmoniosamente por toda a sala, de forma que as fileiras fossem observadas horizontal e verticalmente.

Os assentos individuais não eram apenas um mecanismo para atentar contra a disciplina, mas também uma forma de minimizar o descontentamento das imposições governamentais. Para os militares, uma reunião envolvendo mais de três pessoas em um mesmo espaço físico significava oposição e foco de subversão sujeita às sanções previstas na Lei. Com a implantação da ditadura militar, as reuniões de alunos, os trabalhos em grupos e os grêmios estudantis se constituíam

ameaça ao poder vigente.

Para visualização mais apurada segue a reprodução da planta original do Colégio Normal de Araranguá



As salas de aula do Colégio Normal eram identificadas por meio de números e nomes, em homenagem aos professores e funcionários que atuavam na época, em número de dezoito (18). No ano de 1977, a sala dos professores recebeu o nome do bibliotecário Osny Silveira, em gratidão aos préstimos e dedicação prestados em vida por esse funcionário à instituição escolar.

O Educandário Araranguense possuía dois pavimentos: no térreo existia um *hall* de entrada, à direita a sala do diretor geral, à esquerda a secretaria e à frente duas repartições: uma destinada à espera e outra à visita. Compunha ainda o andar inferior: 8 (oito) salas de aulas, 1 (uma) sala para os professores, outra para a contabilidade e, no canto esquerdo da construção, uma para o zelador. Possuía, ainda, dois sanitários e uma área coberta para esporte e refeição, ocupando um total de 1.497, 10 m. O piso superior era composto por: dez salas de aula, uma sala de slides, uma biblioteca e três salas específicas: uma sala de observação, uma de desenho e outra utilizada como laboratório de línguas, além de dois sanitários, um masculino e outro feminino. A ligação do primeiro ao segundo piso se fazia por duas grandes escadarias localizadas no fundo dos corredores.

Em suas lembranças, a aluna Maria das Dores Machado diz: “Dos largos corredores, a saudade, das escadas o crescimento, a base da minha vida escolar, as conquistas como professora”.

Um espaço muito valorizado na instituição era a biblioteca, conforme o livro de registros do Colégio Normal de Araranguá, iniciado em 12 de abril de 1964. Foram doadas cento e vinte e duas (122) obras para a instituição, de diversas procedências. Para compor o acervo bibliográfico inicial, a Secretaria de Educação e Cultura repassou oitenta e nove (89) obras, a Inspetoria Regional da 16ª Região doou três (3) e o Educandário Madre Regina contribuiu com vinte três (23). Com o passar dos anos, o aumento do acervo contou com doações de entidades e pessoas. Convém aludirmos a duas editoras: a Editora Aurora e a Editora Brasil. Mas a maior aquisição de livros se deu por iniciativa da própria direção do Colégio Normal de Araranguá juntamente com a associação de pais e professores. Os livros foram devidamente catalogados e fichados por assunto e autor. Compunham o

acervo livros didáticos, científicos e recreativos.

Segundo a estudante Íris Boeira Garcia *“A biblioteca era freqüentada com assiduidade pela grande maioria dos alunos, que eram estimulados à prática da leitura. Afora a biblioteca pública da cidade, a biblioteca do Colégio Normal era a mais completa”*.

Em 20 de novembro de 1977, com a presença de convidados especiais, foi reinaugurada a Biblioteca Américo Cavalcante de Barros Rabello, em homenagem ao juiz de direito pertencente à comarca municipal. No ano de 1980, o acervo ultrapassava o número de duas mil (2.000) obras.

A majestosa e imponente construção do Colégio Normal de Araranguá era superior em tamanho aos demais estabelecimentos de ensino de toda a região. Isso foi um fator que, juntamente com a respeitabilidade adquirida por sua condução pedagógica, resultou em um grande aumento na procura de matrículas. A maior parte dos estudantes do educandário era proveniente do centro da cidade. Do interior do município e de outras cidades, deslocavam-se vários estudantes, para complementar seus estudos na instituição.

A grandiosidade da edificação causava receio e timidez em muitos estudantes que não se identificavam com a estrutura do colégio, gerando a desistência e, conseqüentemente, a evasão escolar. De acordo com os depoimentos dos entrevistados, o poder da arquitetura, portanto, delimitava espaços, gerava desigualdade social e contribuía para a construção cultural dos sujeitos.

3.3.2 A ocupação militar

No início da década de sessenta (1960), os meios de comunicação que circulavam no município de Araranguá eram escassos. O acesso à televisão era privilégio de um seleto grupo de moradores. Grande parte da população que tinha necessidade de acompanhar os telejornais reunia-se na frente das vitrines da antiga Loja Gomes Garcia, no centro da cidade, para acompanhar os principais fatos que ocorriam no mundo. Os jornais existentes eram de domínio público, mas as notícias referentes ao Golpe de 64 não estavam claras para uma grande parte dos araranguaenses.

Nas entrevistas realizadas, pudemos constatar que o golpe de 64 não estava nas previsões da população, como fica explícito em depoimentos que sintetizamos da seguinte forma:

Sabíamos que haviam conflitos entre estados, e também das forças armadas contra o governo de João Goulart, mas que o golpe iria ocorrer com o apoio da classe média, da classe clerical e dos ricos, foi uma novidade.

Na verdade, essa “surpresa história” logo se tornou real e notória para toda a cidade quando os militares passaram a demonstrar publicamente todo o seu aparato bélico como instrumento de controle, poder e intimidação.

Após a instauração da ditadura militar, ocorreu uma verdadeira “caça aos comunistas e inimigos da Pátria” em todos os espaços brasileiros. Para que essa captura fosse eficiente, os militares passaram a utilizar vários aparelhos ideológicos e coercitivos com o *slogan* de “libertar o Brasil da onda vermelha” que, segundo eles, assolava e denegria a imagem de um País organizado e próspero.

Um dos mecanismos utilizados para manter suas ações governistas foi anexar a seus domínios obras públicas que passaram a atuar como instrumentos

mantenedores da ordem estabelecida.

Nesse sentido, equipamentos bélicos foram agrupados em escolas e prédios públicos, que se constituíam em pequenas bases militares, locais para obtenção de depoimentos das pessoas detidas.

Os ambientes mais apropriados para ações dessa natureza se limitavam a construções espaçosas, de preferência com muitos cômodos, permitindo assim a incomunicabilidade e o sigilo das investigações.

Dentre as construções selecionadas para servir de quartel general a serviço da repressão política na região sul de Santa Catarina, esteve o Colégio Normal de Araranguá, inaugurado alguns meses antes de os militares assumirem o governo no país. Vale reafirmarmos que sua criação tinha a finalidade de educar e desenvolver as potencialidades dos indivíduos, preparando-os para o exercício da cidadania e da liberdade. Entretanto, contrariando seus objetivos, o colégio se prestou a: difundir o medo, ensinar que a prática da democracia poderia custar a seus alunos, professores, funcionários e comunidade escolar, um preço muito alto, como a perda da liberdade e até a própria vida.

Na madrugada de 1º de abril, de 1964 ocorreu a ocupação do Colégio Normal de Araranguá que passou a ser a base de investigação a serviço da ditadura.

De acordo com a estudante Vera Regina Bacha:

Era uma manhã tranqüila de primeiro de abril, e eu estava descendo a Rua Coronel João Fernandes me dirigindo à escola, estudando para a prova de História que seria aplicada pelo professor Dr. Severiano Severino de Souza. Como o caminho já era familiar, eu estava com o caderno aberto em frente do rosto e tentei entrar normalmente no colégio. De repente senti algo empurrando meu estômago. Baixei a cabeça e me deparei com um soldado do exército com uma metralhadora me obrigando a entrar. No primeiro momento, não sabia se corria ou entrava no estabelecimento de ensino. A atitude do militar foi ameaçadora me empurrando para dentro da escola. Subi a rampa e cheguei ao pátio,

onde incrédula vi todo um aparato bélico exposto no pátio como uma visível demonstração de poder. Existiam metralhadoras, cartuchos, gipes do exército, uma série de armamentos e no fundo do pátio um tanque de guerra.

Percebe-se claramente que os militares não faziam a mínima questão do anonimato, a exibição de fardas e de materiais bélicos foi uma das características daquele momento da transição da democracia para ditadura. Na realidade, demonstraram, em suas ações, que o poder a eles delegado não hesitaria em tomar quaisquer medidas coativas que fossem necessárias para a implantação da “ordem desejada”. Para desestimular os ânimos daqueles que por ventura ousassem provocar manifestações contrárias ao golpe, enalteciam seus armamentos bélicos como instrumentos inibidores a favor da ditadura militar instituída.

Dentre os nomes arrolados para prestar esclarecimentos quanto às suas ações políticas e ideologias partidárias, encontravam-se personalidades locais conhecidas pelas suas atividades públicas e profissionais: homens públicos, advogados, radialistas, sindicalistas, militantes partidários e estudantes.

As pessoas entrevistadas afirmaram que ao serem chamadas a prestar depoimento, o local onde aconteciam os interrogatórios era uma sala de aula do referido colégio. Competia aos próprios oficiais das forças armadas a missão de interrogar os suspeitos de subversão, isto é, tarefa designada para aqueles das mais altas patentes, que faziam questão de se mostrar presentes por toda a cidade. Dentre os cidadãos tidos como suspeitos estava um jovem advogado e professor de História do Colégio Normal de Araranguá. Trata-se de Severiano Severino de Souza que, após ser aprisionado em seu ambiente de trabalho, foi conduzido a interrogatório pelos militares. O próprio professor diz como foi interpelado:

Eram, aproximadamente, 8 horas da manhã de 1º de abril. Eu estava trabalhando na Prefeitura Municipal de Araranguá, os

militares chegaram e me conduziram para o Colégio. Passei, inclusive, preso por dois soldados armados de baioneta em meio de meus alunos, algumas delas começaram a chorar.

Também, o jornalista e escritor Aimberê Araken Machado, vítima da ditadura recém instaurada, conta:

No dia seis de abril fui preso na cabeceira da Ponte de Araranguá. Eu era novinho, me botaram no carro militar e me trouxeram para o Colégio Normal. Várias pessoas estavam sendo interrogadas, inclusive o professor Altair Acorde. A história que eu tinha era tão complicada que parecia mentira e a que eles inventaram parecia verdade. Eles não acreditaram na minha versão e mandaram me levar. Fiquei preso por um dia em uma sala do Colégio Normal, no piso inferior do estabelecimento de ensino. Recordo-me que existiam muitos militares na escola, todos armados, na entrada e em todas as salas. Em todos os cantos da escola tinham militares armados.

Cada pessoa era inquirida por uma determinada patente diretamente proporcional a periculosidade do inquirido. Enquanto profissionais liberais, sindicalistas e ativistas políticos eram interrogados pelas patentes de maior hierarquia do exército, estudantes e demais segmentos sociais de menor expressão eram interrogados por membros do exército com patente militar inferior.

Dentre as pessoas que pertenciam ao Colégio Normal de Araranguá e que prestaram esclarecimentos aos militares, encontravam-se, além do lente catedrático citado anteriormente, Altair Acordi, na cadeira de Iniciação à Ciência, Ciências Físicas e Biológicas, as estudantes Sônia Maria Silva Pereira e Vera Regina Bacha, líder da primeira turma de normalistas da instituição.

O professor Severiano diz que, ao ser delatado e acusado de subversivo não teve o direito de pronunciamento ou de defesa. Em contrapartida, os militares, sem averiguação dos fatos, o prenderam e o submeteram à vergonha pública de ser acusado por atos contra o governo.

Tal procedimento injusto dos militares confirma o que dizem Mattos e

Swensson (2003, p. 14):

Muitas vezes, os IPMs (inquéritos policiais-militares) foram conduzidos de modo completamente irregular, resultando em acusações inconsistentes, prisões ilegais e o uso de tortura contra os suspeitos. Era também comum que os advogados fossem impedidos de ter acesso aos autos dos inquéritos e de acompanhar seus clientes nos interrogatórios a que eram submetidos.

Bastava uma indicação por pessoas diretamente ligadas às forças armadas sobre a conduta política e ideológica de alguém, para que as providências coercitivas fossem tomadas sem respeitar a garantia e a liberdade do cidadão. O poder arbitrário e ilimitado espalhou insegurança, medo e terror em toda a população.

No período de ocupação do Colégio Normal de Araranguá, os militares diariamente circulavam fardados e armados pelos corredores e salas de aula da instituição, confundindo-se com o corpo docente, discente e os funcionários do educandário. O medo que acometia aos alunos resultou em desespero, desencanto e muitas lágrimas. A imposição radical e sem medidas dos membros do exército apontaria aos estudantes que a força militar ditaria as normas a serem seguidas por todos os membros daquela comunidade escolar.

Vale destacarmos as diversas conseqüências da ocupação do Colégio Normal de Araranguá pelos militares. Em primeiro lugar, a prisão e exoneração de suas atividades docentes do lente catedrático Severiano Severino de Souza acusado injustamente por práticas subversivas, representando uma ameaça ao poder militar. De acordo com Severiano, a prisão e a conseqüente exoneração não interferiram apenas na sua atividade docente, mas também em sua carreira como bacharel em direito:

Durante aproximadamente cinco anos, fiquei sem cliente algum, as pessoas tinham medo, evitavam o contato comigo. Era apontado como terrorista comunista e subversivo.

Um aspecto importante a ser enfatizado e que marcou a vida dos estudantes do Colégio Normal na época foi o terror, a impotência e a angústia sentida nesses dias de invasão militar na instituição. Dos estudantes entrevistados, todos guardam lembranças profundas desse período.

No relato emocionado da aluna Maria das Dores Machado, vê-se claramente o sofrimento sentido naqueles sombrios e impetuosos dias, quando afirma que:

Fomos tomados de grande medo, pois havia a intervenção de militares e alguns alunos foram levados a interrogatórios. Tudo causou em nós jovens uma revolta, e ao mesmo tempo uma impotência, sentíamos a força da ditadura querendo calar nossa voz.

Não apenas os normalistas, os docentes e funcionários sentiram a presença ameaçadora dos militares na instituição, crianças e pré-adolescentes que freqüentavam o curso ginásial se defrontaram com familiares sendo conduzidos algemados pelos corredores da escola para prestar esclarecimentos sobre suas condutas. A comoção geral forçava o corpo docente a buscar negociações com os militares para aliviar o sofrimento dos alunos.

A professora Zuê Rabello expõe que:

Os policiais levavam as pessoas algemadas na frente de todos para ouvir o inquérito dos acusados. Como era uma situação de constrangimento, pois alguns alunos presenciavam os seus pais naquela situação, foi pedido pelo corpo docente, um recesso escolar. Ficamos parados por uns 15 dias até finalizarem todas as investigações no Vale de Araranguá.

Após a retirada dos militares do Colégio, quando as averiguações se encerraram, o clima de tensão e revolta dos envolvidos nesse episódio demorou a se recompor. Alguns meses depois, o diretor do educandário foi exonerado de suas funções e, para ocupar seu lugar, foi indicado o capitão do Exército e professor de Língua Portuguesa, Luís Fabrício de Lima.

Os militares fardados e armados abdicaram do controle efetivo do Colégio Normal de Araranguá, mas o poder, a força e a autoridade continuaram presentes na figura do novo diretor. Durante o seu período de administração escolar, que durou até 1973, o diretor foi promovido à patente de major do exército brasileiro.

3.3.3 O espaço como manifestação de controle e poder

O filósofo francês Michel Foucault (2004) traz à tona a discussão de que as instituições legalizadas na modernidade – hospitais, escolas, cárceres, exército – se instituem micropoderes na perspectiva de adestrar o ser humano às imposições “normalizadoras” da sociedade.

O autor destaca três importantes métodos de adestramento humano: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. A história do Colégio Normal de Araranguá traz consigo as marcas das relações de poder explicitadas por Foucault. Tais relações foram intensas e abusivas no espaço e no tempo da ocupação militar, marcadamente como instrumentos de controle e poder numa perspectiva de alienação dos indivíduos.

De acordo com Cipriani (2006 p. 157):

a instituição escolar pode ser chamada como uma máquina de ver na medida em que ela captura os sujeitos (alunos) e cria determinados mecanismos e dispositivos que os tornam visíveis, pois ela classifica, examina, seleciona, e os torna eficientes, qualificados, corrigindo, ensinando.

Assim, a escola, ao se submeter à tarefa de “vigiar” os sujeitos, torna-se um aparelho ideológico na perspectiva de fabricar indivíduos obedientes à lei, normalizados e atentos a si mesmos.

A instituição escolar, em sua função de observar e controlar os sujeitos

configurou-se como um recinto análogo ao da prisão em diversos aspectos. Isso, conforme Foucault (2004) se manifesta na sua organização espacial, seus mecanismos de controle e disciplina, sua organização hierárquica e a sua vigilância permanente. Por isso é possível traçar paralelo com o sistema carcerário. Da mesma forma que uma prisão se estrutura para conseguir maior eficácia no disciplinamento dos sujeitos, a instituição escolar também organiza o tempo e o espaço, recorrendo a um delineamento meticuloso. Separa, divide e reparte de acordo com o número de indivíduos envolvidos. Evita o coletivo, o agrupamento, a desordem, objetivando neutralizar os efeitos de uma possível reação contra o poder instituído. Sua preocupação se volta para que não nasça e cresça qualquer resistência à ordem materializada, como agitações, revoltas e conluios. O cuidado é para que cada indivíduo, seja ele aluno, professor, funcionário, nessa distribuição espacial, saiba o local exato a ocupar e a função a exercer.

O formato arquitetônico do Colégio Normal de Araranguá permitia que qualquer pessoa inserida no seu espaço físico fosse facilmente vigiada e, conseqüentemente, controlada em suas ações. O seu formato em “L” adicionado à posição ocupada pelos bedéis nos largos e altos corredores impediam a movimentação dos alunos, sem que fossem percebidos. Qualquer sinal de anormalidade - expulsões, gazetas, idas constante aos banheiros - era facilmente detectada. A própria distribuição das carteiras em filas retas, individuais e uniformemente organizadas dava poder absoluto ao professor, que com um simples gesto ou olhar poderia repreender, imobilizar, retirar e excluir quaisquer manifestações que não estivessem de acordo com o regimento escolar vigente na instituição.

Foucault é enfático ao afirmar que:

Determinando lugares individuais tornou-se possível o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Organizou uma nova economia do tempo de aprendizagem. Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (FOUCAULT, 2004, p. 126)

A própria distribuição do número de alunos em sala de aula e seus respectivos lugares servia para agravar ainda mais o poder de controle sobre as atitudes individuais e coletivas dos discentes.

Essa fiscalização não afetava essencialmente o estudante do Colégio Normal de Araranguá, mas sim professores, funcionários e visitantes que por ali transitassem. Para entrar ou sair da instituição, impreterivelmente, teriam de passar pela sala da direção e pela secretaria da escola, localizadas à direita e à esquerda do *hall* de entrada, respectivamente. Na verdade, estas instâncias escolares detinham o poder de ir e vir dos sujeitos dentro deste espaço educativo.

O diretor, na época, um major do exército brasileiro, caminhava a passos firmes e constantes pelos corredores à espreita de qualquer acontecimento repentino que por ventura pudesse ocorrer.

Segundo a estudante Vera Regina Bacha:

O Major passava sempre fiscalizando os corredores, as salas, dando-nos a impressão de que procurava ouvir o que se passava em sala de aula. A sua presença era tão marcante e ameaçadora que me lembro perfeitamente de meu estágio no Colégio Aplicação. Estava ministrando uma aula e o major, sem bater na porta, entrou e sentou-se no fundo da classe, baixou a cabeça e começou a anotar.

Além do poder invisível do espaço escolar como elemento mantenedor da ordem vigente, a fiscalização visível e sentida na figura dos “agentes pedagógicos” em defesa da ditadura, o diretor da escola utilizava-se diariamente de um “apito” para conter quaisquer tentativas de ofuscamento ou desmantelamento das orientações advindas do poder central.

Conforme a estudante Íris Boeira Garcia:

Todos os dias, os alunos perfilados cantavam o Hino Nacional, enquanto eram hasteadas as bandeiras do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município e, na seqüência, e em fila, percorriam os corredores e escadas até chegarem à sala de aula. Qualquer conversa, risada ou brincadeira nesse trajeto era, imediatamente, interrompida por um estridente apito do diretor.

É o poder sem disfarces, marcas ou subterfúgios, gritando incessantemente que está a serviço daquele que o representa. É o poder militar consolidado na educação, que impõe medo e obediência àqueles que deveriam viver democracia e liberdade.

Esses mecanismos de controle na organização espacial e temporal dos discentes em suas atividades escolares os amarravam e os vinculavam a um comportamento obediente e normalizado. A divisão do tempo de uma aula para outra e, simultaneamente, a troca de professores, estabelecia o tempo necessário para que os alunos: retirassem novos livros e cadernos, organizassem suas respectivas carteiras, concentrassem suas atenções em um novo conhecimento a ser fixado. Aos professores competia uma nova reorganização de seu tempo: como o recolhimento de seu material, a rapidez de troca de salas para não ocasionar tumultos. Além disso, começava um processo de iniciação mental para uma nova aula a ser ministrada, tendo nesse parco espaço de tempo a realização da chamada dos alunos e o cumprimento dos objetivos estabelecidos para sua disciplina naquela aula.

A utilização do apito pelo diretor da instituição trazia um outro agravante: o tempo do aluno do Colégio Normal de Araranguá passou a ser ainda mais fiscalizado. Os discentes possuíam horários específicos para seus préstimos à bandeira, um controle exacerbado para sua organização em filas, e uma fiscalização militar no caminho dos corredores até atingir a sala de aula. Também, cumpriam um

tempo minuciosamente controlado para sua refeição diária em horários previamente impostos pela instituição. Essa situação nos faz evocar Michel Foucault (2004, p. 128), quando diz que, “nas escolas elementares, a divisão do tempo torna-se cada vez mais esmiuçante: as atividades são cercadas o mais possível por ordens a que se tem que responder imediatamente”.

O não responder imediatamente ao tempo estabelecido pela instituição escolar, seja pelo barulho estridente da sineta que apontava a entrada e a saída das aulas ou pelo instrumento de assobio utilizado pelo diretor, significava infringir as normas estabelecidas pela instituição educacional. O aluno não adaptado a essas práticas estava sujeito às penalidades expressas no regimento interno da escola, que variavam de acordo com o grau de culpabilidade do educando. Normalmente, o aluno estava à mercê de uma advertência, suspensão ou até mesmo uma expulsão da instituição.

Conforme Foucault (2004. p.143): “o poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem uma função maior de adestrar”. Ao utilizar diversos recursos de adestramento, ele acaba criando comportamentos desejáveis. Na verdade, modela sujeitos e age de forma quase imperceptível, isto é, atua nas relações sociais de modo contínuo e discreto, sem aparecer.

O poder se efetiva na escola até pela sua configuração arquitetônica, que oportunizava, juntamente com a estrutura administrativa, uma fantástica e aprimorada vigilância hierárquica: a direção fiscalizava se o professor cumpria suas tarefas e utilizava o tempo de maneira proveitosa. Por sua vez, o professor fiscalizava o aluno e o vigiava para que cumprisse com suas obrigações, realizasse seus exercícios e demais afazeres escolares. Como consequência, os estudantes acabam também controlando a si próprios, bem como aos seus colegas. Ao se

manifestar dessa maneira, o poder atinge camufladamente todas as esferas da escola.

Se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um 'chefe', é o aparelho todo que produz 'poder' e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda a parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar, e absolutamente 'discreto', pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio. (FOUCAULT, 2004, p. 148).

Para que se obtivesse êxito no disciplinamento escolar, implantaram-se rotinas que acabaram se transformando em métodos extremamente hábeis para se observar e analisar o universo dos alunos. Passou-se, então, a controlar o cotidiano dos indivíduos pelas chamadas, atrasos, licenças para sair, prazo de entrega para trabalhos, tarefas e exercícios, inspeções de cadernos, verificações de uniformes, argüições, provas periódicas e exames.

O Colégio Normal de Araranguá não fugia à regra. Conforme sua ex-aluna Maria das Dores Machado:

O uso do uniforme era obrigatório, todas as manhãs, no início, na hora do hino nacional, o aluno que estivesse sem o uniforme era chamado no gabinete do diretor (Major Lima) para dar explicação e dependendo do motivo podia voltar para a casa. Nosso uniforme era azul e branco e sempre impecável, pois o major Lima olhava tudo, até os cabelos se estavam limpos e penteados.

As vestes uniformizadas eram a expressão de mais uma invenção da sociedade disciplinar que, entre outras funções, buscava de alguma maneira homogeneizar ainda mais os educandos e fazer com que eles se tornassem mais visíveis tanto dentro, quanto fora do espaço escolar.

Para fora dos muros escolares, essa invenção foi extremamente eficiente, pois proporcionava condições muito mais eficazes de os dirigentes escolares

exercerem uma vigilância permanente e, se necessário, imporam aos alunos advertências ou punições, em caso de mau comportamento. O uniforme escolar passou a ser um diferencial na sociedade, pois eximia o diretor, ou mesmo o docente de sair às ruas para vigiar os alunos. As próprias famílias passaram a se ocupar da fiscalização, de maneira que um comportamento reprovável seria denunciado à direção ou ao corpo docente da instituição.

3.4 QUADRO DE PESSOAL DO COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ

3.4.1 Os diretores

Entre os anos de 1964 a 1980 o Colégio Normal de Araranguá esteve sob controle do regime militar, no que se refere à forma de escolher os seus dirigentes: a constante indicação e nomeação dos diretores pelo governo estadual. Fica evidente que a democracia na escolha dos representantes para dirigir a instituição era inexistente, fato que, passados mais de quarenta anos de sua fundação, ainda perdura em sua história educacional. Tendo em vista que o período analisado no presente estudo sofreu a influência dos princípios do golpe de 64, as indicações para o cargo de diretor do educandário eram analisadas, selecionadas e reafirmadas pelos representantes da ditadura militar instituída.

Em 1964, foi indicado pelo governo do Estado de Santa Catarina, para responder pela direção do Colégio Normal de Araranguá, o Sr. Américo da Silva, até então inspetor regional da educação. Sua posse foi instituída pelo decreto nº. 227 de 16 de março de 1964. Couberam-lhe as primeiras decisões para a consolidação do funcionamento da instituição. Suas principais atribuições foram no sentido de

organizar toda a estrutura funcional do educandário, como: a contratação dos lentes catedráticos e funcionários, a distribuição das turmas, a elaboração do concurso de admissão dos alunos da 1ª série do curso ginasial e a determinação do horário de funcionamento do estabelecimento. A ele competiu também o discurso da aula inaugural do Colégio Normal de Araranguá proferida em 15 de março de 1964.

Alguns dias após a sua posse, instaurou-se a ditadura militar no Brasil e seus reflexos foram sentidos em todos os municípios do país, pois as indicações de cargos públicos de dirigentes passaram a ser de “confiança” do Exército Brasileiro. A gestão de Américo da Silva foi comedida e, em 14 de outubro de 1964, ele foi exonerado de suas atribuições. Vale dizer que o cargo que exercia anteriormente, inspetor regional, foi conquistado por concurso público, prática de escolha de dirigentes que o regime militar deixou de adotar, substituindo-a pela forma comissionada.

Com a exoneração de Américo da Silva, foi designado para responder pela direção do estabelecimento o capitão Luís Fabrício de Lima, em 15 de outubro de 1964, pelo Decreto nº. 54 de 15 de janeiro de 1965. Sua administração foi marcada pelos propósitos de manter a disciplina, o controle e a fiscalização que também se constituíram em metas principais para o “bom andamento da unidade escolar”. Outra marca é que suas ações foram extremamente patrióticas e centralizadoras. Todas as ações e decisões deveriam ser apresentadas, analisadas e aprovadas pelo próprio diretor. Sem o seu veredicto nenhuma ação da prática pedagógica poderia ser executada. O autoritarismo imposto se manifestava em todas as atividades desenvolvidas no colégio, fossem elas de caráter pedagógico, cívico, cultural ou recreativo. Nesse sentido, alguns dos depoimentos de pessoas que ali estudaram ou exerceram funções ou docência, envolvidas neste período,

certificam a sua conduta.

A estudante Vera Regina Bacha, assim se manifesta:

Como havia obrigação de prestarmos homenagem a vultos históricos, o major determinava ou escolhia um aluno para proferir uma poesia ou um discurso referente à data. Esse discurso, para ser proferido, passava antes pela avaliação do major e deveria expressar todo o nosso patriotismo e nacionalismo, sem reflexões críticas.

Os sintomas da rigidez disciplinar e ordeira e da obediência precisavam ser apresentados à comunidade araranguense. O momento propício foi o desfile patriótico comemorativo da Independência do Brasil, em sete de setembro de 1965.

Esta passagem, que reafirma a postura rígida e inflexível que foi exposta ao público está expressa na ata dos registros históricos da própria instituição:

A sete de setembro de 1965, dia da Pátria, o senhor Major Luís Fabrício de Lima, cheio de um sã patriotismo e cõscio de suas responsabilidades, fez com que o Colégio desfilasse nas principais artérias de Araranguá, mesmo debaixo de um forte aguaceiro... Neste sete de setembro, somente se fez presente o Colégio Normal de Araranguá.

Nos discursos expressos, percebemos claramente o perfil e a prática militar do diretor em conduzir os assuntos pertinentes ao educandário. Cabe reafirmarmos que, no ano de 1965, o capitão Lima foi promovido a patente de major do Exército brasileiro.

No ano de 1973, a pedido, é concedida a sua exoneração do cargo de diretor do Colégio Normal de Araranguá. Para suprir a vacância, assume temporariamente o secretário da escola, o também policial, tenente Newton Crespo, de 02 de fevereiro de 1973 a 07 de maio de 1973, nomeado pela portaria 4352/73. A presença militar na direção da instituição monopolizou e reforçou a permanência dos representantes da ditadura militar dentro do espaço educativo. O autoritarismo e a centralização nas decisões exercida pela direção foram atributos marcantes na administração escolar dos militares no Colégio Normal de Araranguá

O tenente Crespo encerra o período da hegemonia militar na direção do colégio. Em 8 de maio de 1973, pela Portaria 4.352/73 de 05 de junho de 1973, é indicada pelo governador do Estado, Colombo Machado Sales, a professora de Língua Portuguesa Zuê Rabello para responder pelo cargo de diretora da instituição.

Em entrevista, Zuê Rabello diz que, durante a gestão, sua inquietação maior concentrou-se na melhoria dos aspectos físicos e administrativos da escola.

Segundo a diretora: “A minha preocupação foi dar nova aparência à escola, melhorando as condições físicas para o professor trabalhar”.

Nos nove anos (1973–1982) na direção da instituição, muitos recursos pedagógicos, administrativos e físicos foram utilizados, adquiridos e incorporados ao patrimônio do Colégio. Entre eles, um aumento significativo no acervo bibliográfico, aquisição de telefone, material de expediente, mobiliário novo para a escola, reforma dos sanitários, a criação do Centro Cívico Escolar, a reinauguração da biblioteca, a organização do laboratório de línguas, entre outros. Essas ações só foram possíveis com a criação e a participação efetiva da Associação de Pais e Professores.

Por se tratar de organizações, naquele período, a criação e o desenvolvimento de atividades do Centro Cívico Escolar e da Associação de Pais e Professores eram rigorosamente instruídas pela Secretaria de Estado da Educação (SE). Num manual denominado “Plano de Atividades”, a SE estabelecia critérios pormenorizados de procedimentos e documentos necessários à formação dos referidos organismos intra-escolares. Entre os documentos, vale destacarmos o regimento, que era unificado para todas as escolas do Estado. O Centro Cívico e a APP tinham suas criações tidas como oficiais, no momento em que o Secretário da Educação emitia e a publicasse no Diário Oficial do Estado. O controle pelo órgão central também era feito pela exigência de envio de um relatório das atividades

realizadas durante o ano letivo. (ESTADO DE SANTA CATARINA, 1973)

Em 1974, devido ao aumento significativo do número de estudantes, foi necessária a contratação de um outro diretor para que, juntos, pudessem administrar, de uma forma mais ampla e precisa, o Colégio, que se apresentava em franco crescimento. Dalziza Pereira, pela Portaria 3,724/74/SEE é nomeada diretora, no dia 12 de agosto de 1974 e, juntamente com Zuê Rabello, passam a responder pela direção geral do Colégio Normal de Araranguá.

No ano de 1980, o Colégio Normal, já denominado Colégio Estadual de Araranguá, concentrava em sua unidade escolar mais de mil e quinhentos (1.500) alunos e oferecia integralmente primeiro e segundo graus, além de sete cursos técnicos. Em virtude da expansão da oferta no ensino e a conseqüente ampliação das atividades do educandário, foi necessário aumentar para três o número de diretores. Na oportunidade, o corpo diretivo foi constituído por: Zuê Rabello, diretora geral; Orivalde José Pereira, diretor do 2º grau e Dalziza Pereira, diretora do 1º grau.

Em 1983, quando passou a ser questionada a nomeação de diretores como função comissionada e de confiança do governo, o governador eleito, Esperidião Amim Helou Filho, mobilizou o Estado inteiro para a elaboração do Plano Estadual de Educação. Uma das reivindicações originárias da comunidade escolar foi que os diretores dos estabelecimentos de ensino fossem escolhidos por eleições, com a participação (eleitores) de professores, alunos, pais e demais funcionários da escola. Além disso, pleiteava-se que apenas seriam elegíveis professores concursados. Na assembléia geral dos delegados que representavam os mais diversos segmentos educacionais, realizada em Lages, aprovou-se a reivindicação em questão. Essa forma de escolher os diretores sofreu um retrocesso nos governos subseqüentes, tendo em vista que foi imposto à categoria do magistério público a

indicação política partidária para o cargo de diretores de escolas, procedimento adotado atualmente.

3.4.2 Os lentes catedráticos

“Por minha honra e minha Pátria, prometo, solenemente, preencher com exatidão e escrúpulo, os deveres inerentes ao cargo de Lente Catedrático, envidando neste empenho, quanto a mim couber, a bem do Estado e dos meus concidadãos”. Essas imponentes palavras, firmadas no juramento solene, expressavam a responsabilidade do cargo e do ofício do Lente Catedrático do Colégio Normal de Araranguá, sendo norteadoras das suas trajetórias educativas. Para serem admitidos na função, a promessa ocorria na presença do responsável pela direção do educandário e lavrada em ata. Nos documentos necessários para o ingresso contavam a certidão de idade, o laudo de inspeção de saúde, o título de eleitor e a quitação escolar. Também era necessário apresentar um atestado de boa conduta social, emitido pela Delegacia de Polícia.

A legislação que instituiu a criação do Colégio Normal de Araranguá, em seu artigo 6º estabelece: “fica a Secretaria da Educação e Cultura a abrir o concurso para o provimento dos cargos de lente catedráticos do Colégio Normal de Araranguá de acordo com as cadeiras respectivas”. No entanto, no início das suas atividades, esse artigo não foi cumprido, pois os lentes catedráticos foram nomeados pelo governo do Estado de Santa Catarina. As nomeações se deram em concordância com as influências políticas e pela ausência de profissionais qualificados para exercerem tal função.

No início das atividades escolares da referida instituição, em março de

1964, o corpo docente que atuava no curso de formação de normalistas era composto por dez professores, tidos pela comunidade de grande destaque profissional na região do vale araranguaense. Possuíam diversas formações profissionais, não necessariamente na educação. Podemos citar, neste quadro seletivo, a presença de médicos, dentistas, advogados e professores específicos na sua área de atuação.

Nas referências escritas e nos depoimentos sobre os primeiros docentes do Colégio Normal de Araranguá, destacam-se aspectos formais e tradicionais do universo acadêmico. Faz-se questão de dizer que os professores eram denominados lentes catedráticos por exercerem a função docente nas cadeiras de Ciências Físicas e Biológicas; Higiene, Puericultura e Educação Sanitária; Educação Artística e Desenho; Matemática; Didática, Legislação e Prática de Ensino; Música e Canto Orfeônico; Geografia Geral e do Brasil; História Geral, do Brasil e de Santa Catarina; Sociologia Geral; Legislação Geral e Português.

Todas as recordações pertinentes aos catedráticos do educandário convergem para o destaque das suas qualidades intelectuais.

Nesse sentido, podemos aludir um consenso entre os alunos quando afirmam que:

Os professores eram extremamente qualificados, com ótima formação e escolhidos na região devido a uma posição de destaque que ocupavam.

Na realidade, o professor do Colégio Normal, naquele período, era prestigiado e fruto de reverência da sociedade pela sua altivez cultural. Era próprio da época prestigiar os homens cultos, de eloquência erudita, conhecedores de muitas línguas, leitores de muitos livros, socialmente distintos, ainda que sem muitas posses de bens materiais.

Os vencimentos dos docentes eram um dos atributos que despertava na comunidade o interesse de sua inserção no quadro pessoal do Colégio Normal de Araranguá. Entretanto, sobre esta questão, evocaremos Nosella e Buffa (2002), quando analisam os vencimentos dos primeiros lentes catedráticos de uma instituição e comparam com os salários do magistério público atual. A idéia de que os professores da antiga Escola Normal recebiam altos vencimentos

aparece com freqüência, toda vez que se comparam os baixíssimos salários atuais dos professores da rede pública com os “altos salários” de antigamente. Na verdade, embora o decreto de 1912 traga a tabela de vencimentos dos diferentes professores da Escola normal, essa comparação é tecnicamente difícil de ser feita... Se considerarmos que a Escola Normal Secundária daquela época era praticamente uma faculdade, respeitada as devidas proporções, percebe-se que o Estado sempre remunerou mau os professores. Evidentemente, hoje, sobretudo nas reivindicações de melhores salários, interessa muito mais acentuar a diferença, afirmando que, antigamente, os professores eram muito mais bem remunerados. (2002. p. 54)

O Colégio Normal recebe status de referência ímpar e, por isso, é muito respeitado no vale. As lembranças, em tom saudosista, revelam que as relações pedagógicas entre professores e alunos possuíam um caráter formalista. Ou seja, ao mestre a função de ensinar e ao aluno o ofício de aprender e respeitar. Portanto, a combatida educação bancária esteve presente, marcando o cotidiano da instituição. Embora essa característica marque uma época no processo pedagógico brasileiro, o Colégio Normal possuía uma propriedade singular, extraída dos depoimentos dos estudantes que vivenciaram o início da construção pedagógica da instituição: o relacionamento entre alguns docentes e discentes era harmonioso, não conflituoso e de certa forma até democrático.

Havia algumas restrições, como salienta a estudante Elisabeth Salvador: “era expressamente proibido falarmos em drogas, sexo e namoro”.

Todavia, contrariando os preceitos da pedagogia tradicional, existia certa liberdade e uma aproximação bastante significativa entre alguns segmentos dos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Entretanto, a ditadura militar continuava manifestando seu desejo repressor de que todos atendessem aos preceitos da “nova ordem”. Seus efeitos no espaço de docência foram nitidamente observados, sentidos e refletidos entre os professores do educandário. Um exemplo foi a exoneração, do lente catedrático Severino Severino de Souza de suas atribuições como docente da disciplina de História Geral, do Brasil e de Santa Catarina. Nos registros escolares, referente ao ano de 1964, lê-se que:

Nos primeiros dias do mês de abril de 1964, por ordem superior e emanada dos Representantes pela Revolução de 31 de março de 64, foi afastado do cargo de professor de História, o Sr. Severiano Severino de Souza.

Essa demissão mexeu com os brios dos docentes, que se sentiram acuados diante das determinações legais impostas pelo golpe. O referido fato revela que a permanência no cargo de lente catedrático dependeria da conduta política e ideológica em sala de aula e fora dela. Além disso, passaram a entender que o controle e a fiscalização de seus modos de ver e estar no mundo social e docente seria uma constante.

3.4.3 Os normalistas

O número de matrículas, no ano de 1964, no curso de normalistas do Colégio Normal de Araranguá foi de quarenta e dois alunos, sendo trinta e nove do sexo feminino e apenas três do sexo masculino. Na formatura, realizada três anos

após, ou seja, em 1966, o número de formandos era de trinta e quatro estudantes. Portanto, as reprovações e desistências foram em torno de 16% das matrículas iniciais. Esta média de evasão escolar foi uma constante em toda a trajetória do curso de normalista.

Nos anos subseqüentes, a disparidade de gêneros continuou presente no cotidiano do curso, segundo o professor de Sociologia Vânio Coral: “No decorrer do curso normal, a presença de alunas (meninas) sempre esteve em torno de noventa e sete por cento (97%)”.

Essa realidade não foge à regra do que ocorria em todo o território nacional, em que a mulher sempre esteve bem mais presente na educação quando se tratava de ensinar e alfabetizar crianças nas séries iniciais.

A maioria das estudantes procedia do centro da cidade de Araranguá, e quase todas haviam realizado seus estudos anteriores no Educandário Madre Regina, um colégio particular de procedência religiosa localizado no município de Araranguá. Possuíam uma formação mais rígida e humanista que valorizava as artes femininas, a música, a poesia e os idiomas.

Segundo o aluno Orivalde José Pereira: “As meninas do Colégio Normal, por virem do Educandário Madre Regina, possuíam uma educação mais esmerada”.

A idéia de que as normalistas oriundas do Colégio Madre Regina eram mais requintadas sugere uma questão de ordem econômica. As alunas constituíam um grupo homogêneo que poucas destoavam economicamente e culturalmente do grupo dominante. Na verdade, as normalistas, em sua grande parte, pertenciam à classe média. Eram filhos de funcionários públicos, pequenos comerciantes, agricultores abastados e profissionais liberais. Como na cidade e região havia poucas pessoas que poderiam ser consideradas ricas, as famílias das normalistas

eram consideradas de posses financeiras e a elite dominante.

Com a instituição do golpe em 1964, os normalistas não foram poupados dos interrogatórios e da fiscalização excessiva dos militares. De acordo com a história oral traduzida nas entrevistas para compor este estudo, duas alunas também foram investigadas e interrogadas pelos membros do exército brasileiro. As estudantes que estamos nos reportando são: Sônia Maria Silva e Vera Regina Bacha, esta líder de classe da 1ª turma do Curso Normal do Colégio.

Em seus relatos Sônia Maria Silva afirma: “Fui chamada a prestar esclarecimentos aos militares, principalmente a respeito de meu namorado, acusado por práticas subversivas e que havia sido detido e preso no próprio Colégio Normal”.

Vera Regina Bacha é enfática ao afirmar que:

Fui inquirida três vezes. Atribuo esse fato por ter sido líder de classe. A pessoa que me inquiriu tinha o posto de tenente do exército. Ele perguntava quais as reuniões que freqüentávamos e quais os assuntos tratados. Eu respondia sinceramente: festas de aniversários, reuniões com amigos etc. Ele sempre frisava: não é esse tipo de reunião que me refiro. Acredito que queria me levar a falar algo que eu não entendia, ou acusar pessoas de atos suspeitos ou subversivos.

Observamos que nem a inocência foi preservada pelos militares no período ditatorial brasileiro. A estratégia costumeiramente empregada para intimidar os estudantes consistia em pressão psicológica, ameaça e medo. O reflexo das ações militares sobre os estudantes inquiridos foi à insegurança. Em suas trajetórias históricas, sofreram “no corpo e na alma”¹¹ as conseqüências das arbitrárias repressões do golpe de 1964.

No cotidiano escolar, seguiam-se rigorosamente muitas normas para que não sofressem as sanções do regimento interno do educandário. A obrigatoriedade do uso do uniforme era uma delas. As meninas usavam sapatos pretos, meias

¹¹ **No corpo e na alma**, título da obra de autoria de Derlei Catarina De Luca, referente sua trajetória histórica durante a ditadura militar no Estado de Santa Catarina.

brancas, saia azul-marinho e camisa branca com gravata azul-marinho bordadas com as iniciais do colégio (CNA); os rapazes, calça azul-marinho e camisa branca e calçavam sapatos pretos. O não-uso completo ou o desleixo na vestimenta implicaria em advertência concedida pelo diretor e, caso o argumento não fosse satisfatório, o estudante retornaria para a casa sem o direito de assistir às aulas.



Foto 2 – Alunas uniformizadas, 1966.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pela estudante Vera Regina Bacha

A sensação deixada nos estudantes é de que, na época, os alunos estudavam muito devido ao sistema de avaliação em que prevaleciam as cobranças excessivas por meio das argüições orais, provas escritas e exames periódicos. A disciplina era rígida e fiscalizada diariamente em sala de aula. Fora dela, os alunos estavam, constantemente, sendo observados e admoestados, conforme comportamentos e atitudes manifestadas nas filas de entrada ao colégio, no hasteamento da bandeira, nos corredores, no recreio, nas aulas de Educação Física, enfim, em todos os setores e ações da instituição.

Embora vivendo sob esse controle excessivo no ambiente escolar, os estudantes dizem que não deixavam de fazer brincadeiras como jovens livres e sadios. Nas lembranças deles, o pular o muro da casa da vizinha, roubar laranjas, “colar” em provas, ainda desperta uma sensação de liberdade. Também esboçam um sorriso maroto, típico de meninice, ao mencionarem que fugiam do colégio, mesmo ao som do apito do major. Para os estudantes, os anos escolares foram momentos extremamente felizes em suas vidas, repleto de amizades, companheirismo, amor, sorrisos, lágrimas, confissões e paixões. Desafios foram enfrentados e experiências adquiridas no período em que realizaram o Curso Normal na instituição.

As formaturas dos normalistas sempre foram notórias, não apenas no município, mas em todo o vale araranguense. Muitas delas obtiveram o destaque e a cobertura dos jornais da época. É o caso da 1ª turma de formandos de normalistas ocorrida no ano de 1966. De acordo com os registros da instituição:

No dia sete (7) de dezembro, à noite, nos salões do Cine Roxy, gentilmente cedido pelo seu proprietário, precisamente às vinte horas, houve a cerimônia solene da colação de grau da 1ª turma dos formandos do ginásio e da turma dos professorandos.

A mesa diretora instalada no palco do Cine Roxy, foi ocupada pelo Senhor Diretor do Colégio Normal de Araranguá, Senhor Major Luiz Fabrico de Lima, diretor e paraninfo dos formandos, Sr. Juiz de Direito Substituto, Sr. Osmar Nunes, Prefeito de Araranguá, Sr. Américo da Silva, Inspetor Regional do Ensino, Senhor Munir Bacha, Inspetor Escolar, Sr. Alírio Silva, paraninfo dos formandos do Curso Ginásial, Sr. Salim Jorge Elias, Secretário do Colégio Normal, Srta. Zuê Rabello, Patrona dos professorandos e em semicírculo, atrás da mesa diretora, todos os professores do Colégio.

Após a abertura dos trabalhos ao som do Hino Nacional, foram entregues os certificados aos ginasianos e em seguida foram entregues os diplomas dos novos professores.

O ponto alto da solenidade foi marcado pelo Senhor Major Lima, pela brilhante peça oratória proferida, fazendo o histórico do Colégio, desde a sua instalação até a magnífica solenidade de colação de grau desta primeira turma, analisando a palavra paraninfo e fechando o seu belíssimo discurso como o par de uma das professorandas, merecendo elogios de todos os presentes que lotavam literalmente todas as dependências do Cine Roxy e aplausos prolongados.

Esse relato histórico nos permite refletir acerca da hierarquia e do tradicionalismo existentes nas atividades tanto internas quanto externas do Colégio Normal de Araranguá.

Todo o ritual de formatura, repleto de formalismo e erudição, estão de acordo com a proposta e a postura pedagógica desenvolvidas na época do militarismo. Cabe aludirmos, neste caso específico, que diante das honras, glórias e aplausos encontrava-se o corpo diretivo escolar e as autoridades locais. Lentes catedráticos e formandos assumiram um papel coadjuvante nesse cenário educacional. Ressaltamos também que os certificados conferidos aos normalistas no decorrer da cerimônia foram entregues pelas mãos do juiz de direito da Comarca de Araranguá e do diretor do educandário major Luís Fabrício de Lima. Aliadas, cúmplices e comungando da mesma concepção ideológica, “a justiça e a ordem” marcaram o término da trajetória educativa dos futuros professores primários da região do vale Araranguense.



Foto 3 – Formatura da 1ª turma de normalistas do Colégio Normal de Araranguá.
Fonte: Fotografia cedida gentilmente pela estudante Elizabeth Salvador, 1966.

3.5 ASPECTOS PEDAGÓGICOS DO COLÉGIO NORMAL DE ARARANGUÁ

3.5.1 As aulas

O conjunto de documentação que consultamos para definir e discutir os conteúdos e as tendências pedagógicas escolares, compostas por registros históricos, decretos, artigos, livros, currículos, programas e depoimentos, retrata o clima cultural dos anos iniciais do Colégio Normal de Araranguá. São documentos que transpiram valores, sensibilidades, imagens e palavras típicas de uma época em que a pedagogia tradicional se fortaleceu e expandiu seus domínios, tendo como principal aliada à ditadura militar instituída com o golpe de 1964.

É notório que a educação brasileira tem sido caracterizada pelas tendências liberais, nas suas formas ora conservadora ora renovadora. Evidentemente, essas tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos professores que articulam o processo ensino/aprendizagem nas instituições públicas. Nesta concepção, o termo liberal não tem o sentido de “avançado”, “democrático”, “aberto”, como costumeiramente usamos. A doutrina liberal, de acordo com Libâneo, surge:

Como justificção do sistema capitalista que, ao defender a predominância da liberdade e dos interesses individuais da sociedade, estabeleceu uma forma de organização social baseada na propriedade privada dos meios de produção, também denominada sociedade de classes. A pedagogia liberal, portanto, é uma manifestação própria desse tipo de sociedade. (LUCKESI, 2001, p.54)

Na escola tradicional caracterizada como conservadora, a pedagogia liberal se manifesta por acentuar o ensino humanístico, de uma cultura geral, no qual o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço, os objetivos propostos. Os

conteúdos, os procedimentos didáticos, a relação professor-estudante não possuem afinidade com o cotidiano do estudante e muito menos com as realidades sociais. É a predominância da palavra do mestre, das regras impostas, do cultivo intelectual deslocado do meio no qual o aluno está inserido. A organização da escola está voltada para preparar intelectual e moralmente os discentes para assumirem uma posição na sociedade. O compromisso da escola é com a cultura, cabe à sociedade a resolução, análise e reflexões dos problemas sociais.

Neste sentido, entendemos que a organização escolar era similar a uma “agência centrada exclusivamente no professor, o qual transmite segundo uma graduação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos”. (SAVIANI, 2005, p. 89).

A imagem de professor/ transmissor e estudante/receptador do conhecimento aparecem como uma constante nos depoimentos dos estudantes que vivenciaram essa fase no Colégio Normal.

Conforme com a aluna Íris Boeira Garcia: “Normalmente o professor explicava, o aluno ouvia e copiava o que fosse possível para decorar em casa. Praticamente todos se empenhavam em decorar a matéria”.

Essa atitude de distanciamento entre os segmentos do processo ensino/aprendizagem, no qual o professor assume a postura de “dono da verdade” e “conhecedor do mundo”, anulando as experiências, expectativas e interesses dos estudantes, nos remete a Paulo Freire (1987), quando conceitua a educação bancária, afirmando que nela ao professor cabe depositar o conhecimento e ao estudante recebê-lo.

A não criticidade nos assuntos pertinentes à realidade social, política e econômica do país e a reprodução dos fatos de acordo com o pensamento do

professor e dos livros didáticos impostos solidificou com maior ênfase a tendência pedagógica tradicional após o golpe, tendo em vista que a censura e a falta de liberdade no pensar, falar e agir foram atributos marcantes desse momento histórico.

O estudante Orivalde José Pereira nos aponta que:

As aulas eram voltadas ao civismo, eram expositivas. Mandavam um assunto para decorarmos no outro dia. Nada com as nossas palavras, tudo como estava nos livros, só faltava ponto e vírgula. Raramente as expressões socialismo e comunismo eram empregadas em sala de aula.

Percebemos, nessas considerações que os assuntos pertinentes à escola passaram a ser filtrados, selecionados e analisados pelos representantes do poder ditatorial. Entendemos que a participação dos militares na educação brasileira resultou em alterações profundas no ambiente educativo. Acordos, leis, decretos, portarias foram baixados no intuito de reafirmar a ordem estabelecida após o golpe. As imposições de livros didáticos, a confecção de cartilhas cívicas pelo governo, o controle dos currículos, programas, avaliações e a fiscalização efetiva da prática e conduta docente e discente assinalaram esse cotidiano escolar.

Em 1969, a imposição governamental das disciplinas Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSP) e Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB) nos currículos escolares reforçaram e refletiram ainda mais a rigidez, a inflexibilidade e a valorização exacerbada do sentimento patriótico. A finalidade a que essas disciplinas se propunham estava centrada na acomodação e alienação dos sujeitos, uma verdadeira “lavagem cerebral” no processo educacional, para minimizar quaisquer tentativas de reflexão e revolta contra a ditadura instituída.

Quanto aos métodos de ensino adotados, as aulas no Colégio Normal de Araranguá eram baseadas na exposição verbal, centradas exclusivamente na figura

do professor, detentor de todo o saber. A ele competia a formação intelectual dos estudantes e o veredicto final de aprovação ou reprovação anual. Conforme os depoimentos retidos para a análise deste estudo, percebemos que a avaliação para atribuição de valores quantitativos era feita por provas, argüições orais, exames e pontos de participação.

A aluna Maria das Dores Machado expõe que “As provas e exames eram bem rígidos, as provas eram dissertativas, confusas e muito extensas. Tínhamos que decorar textos enormes”.

Os exames realizados semestralmente contemplavam o conteúdo ministrado nos quatro meses anteriores. No término do ano letivo, ocorria o exame final com todo o conteúdo desenvolvido. Ressaltamos, também, que esse instrumento avaliativo era o principal responsável pelo destino educacional dos estudantes.

A ênfase nos exercícios, na repetição de definições e fórmulas, com ênfase na memorização por parte dos alunos, visava a disciplinar a mente, desenvolver hábitos e estimular comportamentos, nesse contexto, formar cidadãos dóceis, obedientes e distantes da realidade na qual o País estava envolto.

No que se refere às disciplinas ministradas na instituição, o programa desenvolvido foi elaborado segundo as normas e preceitos estabelecidos pelo Decreto SE 22 de fevereiro de 1963/105, sancionado pelo Governador Celso Ramos, referente à organização do Ensino Normal em Santa Catarina.

Nos três anos do curso, semanalmente eram ministradas vinte e cinco aulas. Na terceira série, o ano era dividido em dois semestres com as devidas alterações curriculares, ou seja, reduções ou aumentos na carga horária das respectivas disciplinas.

A grade curricular estava dividida em disciplinas e práticas educativas obrigatórias e optativas. Faziam parte da grade obrigatória: Português, Matemática, História, Ciências Físicas e Biológicas, Geografia, Didática, Legislação e Prática de Ensino, Psicologia Educacional e Educação Física. As de caráter optativo oferecidas no Curso Normal eram compostas por: Sociologia Educacional e Legislação Geral, Desenho Pedagógico, Música e Canto orfeônico, Técnicas Comerciais e Agrícolas, Higiene, Puericultura e Educação Sanitária; Anatomia e Fisiologia Humana, Física e Química, Educação Cívica e Social, Educação Artística, Educação Doméstica, Artes Femininas e Industriais.

A diferenciação entre disciplina e práticas educativas está expressa no artigo 21 parágrafo 1º e 2º, do referido decreto, ao dizer:

Denomina-se disciplina o conjunto de conhecimentos sistematizados que se transmitem de maneira progressiva com vistas à assimilação. Esta assimilação de conhecimentos programados é passível de mensuração e é condição de prosseguimento dos estudos. Práticas educativas são atividades que atendem às necessidades de ordem física, artística, moral e religiosa. Destinam-se à maturação da personalidade, através de hábitos adequados. Processar-se-ão dentro ou fora do educandário, segundo suas características específicas. São dispensáveis provas e exames das práticas educativas.

A unidade escolar possuía a autonomia na escolha das disciplinas e práticas optativas, dentre aquelas estabelecidas pelo decreto. No caso, o Colégio Normal de Araranguá elencou as seguintes disciplinas e práticas: Sociologia Educacional e Legislação Geral, Canto Orfeônico, Higiene, Puericultura e Educação Sanitária, Educação Artística e Artes Femininas.

Ao analisarmos a grade curricular pertencente ao educandário, percebemos que as matérias estavam voltadas, em sua maioria, à cultura geral e humanística baseada nos estudos da antiguidade clássica greco-romana. A ênfase voltava-se para os conhecimentos científicos, com a crença de que propiciavam as

condições para que os estudantes obtivessem um elevado grau de informações e uma visão global dos principais acontecimentos e teorias desenvolvidas no decorrer da trajetória da humanidade. A exceção fica para subdivisões das disciplinas de História e Geografia, que prenunciavam enfoques de aspectos históricos e geográficos do Estado de Santa Catarina. Contudo, conforme os depoimentos analisados, essa especificação não ocorria de fato, ficando somente presente no programa de ensino da instituição.

As disciplinas de Didática, Legislação e Prática de Ensino e Psicologia Escolar estavam canalizadas aos objetivos reais do curso, que consistiam na preparação efetiva de docentes para atuarem no ensino fundamental.

Quanto à prática de Educação Física no ensino normal, sua obrigatoriedade atendia até a idade de dezoito anos, como consta no artigo 53 do Decreto SE 22 de março de 1963/105. O Ensino Religioso é regulamentado pelo artigo 54: “O ensino religioso será obrigatório nas escolas oficiais. Será de matrícula facultativa e ministrada sem ônus para o Estado, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestando por ele, se for capaz, ou por seu representante legal ou responsável”. Dessa forma, o ensino religioso era obrigação para a instituição educacional e optativo para o estudante. Com a introdução oficial da disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSPB) no segundo grau, ficaram reduzidas as cargas horárias das disciplinas de História e Geografia no Curso Normal de Araranguá.

No final da década de 1960, a pedagogia tecnicista foi introduzida mais efetivamente no Brasil, com o objetivo de adequar o sistema educacional à orientação político-econômica do regime militar: inserir a escola nos modelos de racionalização do sistema de produção capitalista.

Um dos marcos de implantação do modelo tecnicista está expresso na Lei 5692/71. Diz em seu art. 1º: “O ensino de 1º e 2º graus têm por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Segundo Aranha (2002), foram oferecidos mais de cento e trinta habilitações de cursos técnicos em todo o País, correspondentes às três áreas econômicas: primárias (agropecuária), secundárias (indústria) e terciárias (serviços). É nesse contexto que o Colégio Normal de Araranguá passou a ofertar sete cursos técnicos com a finalidade de preparar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. Na verdade, essa profissionalização não se efetivou. Faltaram professores especializados, as escolas não tinham infra-estrutura adequada aos cursos, principalmente no que se refere à agricultura e à indústria. Os maiores investimentos e recursos foram destinados à área terciária (serviços), de instalação mais comum. Sem a adequada preparação para o trabalho, foi lançado no mercado um exército de reserva de mão-de-obra desqualificada e barata que não resolveu os problemas internos do País e ainda elevou a nossa dependência externa com os países desenvolvidos.

Nesse cenário, com grande prejuízo para a educação da região, ocorreu a desativação da Escola Normal, destinada à formação de professores do ensino fundamental. Sua identidade específica de formação profissional para a docência deixa de ser única. Aquilo que era a essência de sua característica educativa passou a ser mais uma habilitação como tantas outras. Como diz Aranha (2002, p. 215), “Com a nova denominação “Habilitação Magistério”, e incluída no rol das profissões esdrúxulas, perde a sua identidade e os recursos humanos e materiais necessários

a especificidade de sua função”.

Pedagogicamente, as mudanças na realidade do ato de ensinar-aprender no interior da sala de aula e da escola não foram expressivas. Mesmo com a oficialização do tecnicismo, a pedagogia tradicional permanece forte e acesa em toda a sua amplitude no educandário, como também nos demais de todo o Brasil.

Segundo Libâneo (2001, p. 63):

A aplicação da metodologia tecnicista (planejamento, livros didáticos programados, procedimentos de avaliação etc.) não configura uma postura tecnicista do professor, antes, o exercício profissional continua mais para uma figura eclética em torno de princípios pedagógicos assentados nas pedagogias tradicionais e renovadas.

Vale salientar que o Colégio Normal de Araranguá não sofreu alterações significativas com a introdução do tecnicismo. O ingresso de cursos técnicos destinados ao setor terciário, exceto a habilitação de Auxiliar de Laboratório de Análises Químicas, e a transformação do Curso Normal em Magistério no ano de 1973, manteve inabalável o continuísmo da tendência tradicional no educandário.

Reafirmamos que perpetuaram-se princípios didático/metodológicos com ênfase no: conteúdo programático deslocado da realidade do aluno, professor detentor do saber e o estudante reprodutor de idéias e mero memorizador dos conteúdos, grade curricular e avaliação fragmentadas, fiscalização e uma disciplina rígida e inflexível. Tais características personalizaram a instituição durante a sua trajetória educacional até o início da abertura política brasileira, nos meados da década de 1980.

3.5.2 Civismo

O período ditatorial brasileiro, iniciado com o golpe de 64, foi marcado por

uma série de singularidades, dentre as quais destacou-se o cultivo do civismo e do patriotismo imposto pelos detentores do poder. As manifestações de “amor à Pátria” notabilizaram-se em todos os segmentos sociais e foram contempladas nas mais variadas formas de socialização, constituindo-se como princípio educativo no espaço escolar.

No município de Araranguá, reportagens e notícias que enalteciam o País eram comuns nos jornais da época, principais veículos de comunicação da cidade. A matéria publicada no jornal **Correio de Araranguá**, em 5 de setembro de 1966, intitulada “Duas datas, duas histórias”, é a expressão de tal reverência ao País e às relações de produção.

7 de setembro de 1822 dia em que o Brasil tornou-se independente de Portugal. A atitude enérgica e corajosa de muitos brasileiros livrou nossos patrícios do jugo português. 31 de março de 1964 – Dia da consolidação da independência do Brasil. Uma plêiade de homens dignos e honrados lançou o grito de guerra contra a subversão vermelha, livrando o País do jugo comunista. A este último feito não só o Brasil ficou agradecido, mas também as Américas e toda a gente livre do mundo.

A propaganda ideológica das ações “benéficas” dos militares, após o golpe de 64, está expressa nessa matéria jornalística que se propagava em todo o vale e no município. Nas leituras de textos jornalísticos, percebemos a justificativa para a prática de torturas contra os “inimigos da Pátria” e, conseqüentemente, o exílio político foram encaradas como atitudes “moralmente aceitas”. A alegação vendida era de que a permanência destes “inimigos” no limite territorial brasileiro poderia acarretar prejuízos à ordem e ao desenvolvimento nacional. Aos insatisfeitos, a punição com: perda da nacionalidade, vida clandestina, tortura e, em muitos casos, perda da própria vida.

Adulações à Pátria passam a ser extremamente cultivadas e difundidas nas instituições escolares, com o objetivo de reforçar o sentimento cívico dos

estudantes na perspectiva de acomodação e alienação diante das atrocidades acometidas. No Colégio Normal de Araranguá, a ênfase às datas comemorativas e aos “heróis históricos” era uma prática constante no educandário. Os registros da programação das solenidades cívicas e comemorativas constituem ação obrigatória do corpo administrativo do Colégio. Um deles, que conseguimos resgatar, faz menção à comemoração do dia 22 de abril, considerada pela historiografia oficial como o marco do descobrimento do Brasil:

No ano de 1965, na comemoração do descobrimento do Brasil, o Diretor Major Lima, como em todas as solenidades, usou da palavra fazendo uma alocução sobre a comemoração e em seguida passou a palavra a um aluno que cheio de civismo, prestou digna homenagem ao descobridor e desbravador de nossa pátria.

Além da referida data festiva, constava no calendário e atividades do Colégio, as seguintes comemorações: Páscoa, Dia das Mães, Dia do Trabalho, Dia dos Pais, Dia do Soldado, Sete de Setembro, Dia da Árvore, Dia da Criança, Dia do Professor, a Fundação de Brasília e o Dia da “Revolução de 64”.

Como grandes “vultos históricos” que recebiam honrarias nas práticas educativas da instituição, destacavam-se: D. Pedro I, Duque de Caxias, Pedro Álvares Cabral, Tiradentes, além dos “presidentes militares” desse período.

Observamos que os “heróis” históricos enaltecidos pelo educandário, nos atos de civismo não mostravam que em seus feitos contavam com a participação de outros homens, mulheres e cidadãos. Percebemos também a invisibilidade do “homem comum”, por sinal traço característico da tendência histórica da época. Era o apogeu da história linear, tradicional, sem reflexão, que atribui grandes feitos a grandes homens, excluindo os demais segmentos sociais de quaisquer contribuições no processo de construção histórica. No que se refere às honrarias aos militares, o conteúdo abordado na instituição estava diretamente relacionado às grandes

construções por eles realizadas, como, por exemplo, a construção da rodovia Transamazônica e Belém–Brasília. Esqueciam-se a análise referente às atrocidades cometidas e o estado de miserabilidade em que estava mergulhada grande parte da população brasileira.

Convém destacarmos a homenagem prestada ao dia 31 de março, festejado como data da “revolução” brasileira que libertou o país do jugo comunista.

Nos autos escolares está assim descrito:

A 31 de março de 1966 foi comemorado pelo Colégio, o 2º aniversário da Revolução, fazendo uso da palavra o Diretor Major Lima, elucidando-nos sobre as causas, efeitos e conseqüências benéficas que a mesma nos trouxe.

O cerco ideológico estava armado e todas as instituições comungavam com os mesmos preceitos. Os *slogans* passaram a ser veiculados em toda imprensa. Cartazes foram espalhados por todo o espaço físico do Colégio. Dentre os que se tornaram marcas ideológicas de inculcações, destacamos “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Este é um país que vai pra frente”.

Eles eram inspiradores de fortes emoções nas comemorações alusivas às datas de maior amplitude e significado para o Colégio, Sete de Setembro, “dia da Independência do Brasil”. Ali também reverencia-se seu principal expoente, D. Pedro I. O desfile dos estudantes, em pelotões perfilados impecavelmente alinhados, pelas principais avenidas da cidade tornou-se uma competição com os demais educandários, que elegiam o melhor, o mais honroso e o mais representativo desfile, relacionando-o à qualidade da educação e prática da instituição.

Segundo a estudante Elizabeth Salvador: “Comparecíamos às oito horas para desfilarmos às nove horas. O comparecimento era obrigatório e era exigida uma justificativa pelo não comparecimento”.



Foto 4 – Desfile 7 de setembro de 1965.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pela estudante Vera Regina Bacha

O não comparecimento ao ato cívico implicaria, ao estudante, nota zero em Educação Física. Entretanto, a obrigatoriedade imposta pela direção escolar quanto à participação do desfile não era encarada como um castigo ou punição pelos estudantes. Na realidade, a referida manifestação pública gerava expectativa e entusiasmo não só nos alunos, como também nos pais, professores e comunidade em geral. A escola ensaiava para o desfile de 7 de setembro aproximadamente um mês. A apresentação deveria ser um sucesso e merecer aplausos infindáveis dos espectadores. Os alunos ficavam atentos para alguns aspectos que caracterizavam um bom desfile: disciplina, organização, uniformes limpos e impecáveis e exaltação aos grandes feitos realizados pela Pátria brasileira. Portanto, diferentemente, as atuais manifestações nessa data, enfatizam os protestos, que demonstram nitidamente o descontentamento dos estudantes pelos rumos que a realidade do País atravessa.

Outra manifestação de civismo que ocorria diariamente na instituição era a “homenagem à bandeira”, com a entoação obrigatória do Hino Nacional por todos os

estudantes, professores e funcionários da instituição. Na semana da Pátria, além do Hino Nacional e do Hino da Independência, cantavam-se os Hinos de Santa Catarina e do Município de Araranguá, acrescidos de uma série de manifestações artísticas e culturais referentes à data.

Para enaltecer a grandeza do educandário e a sua importância e contribuição para a educação local, foi composto o Hino do Colégio Estadual de Araranguá, letra de autoria da diretora Zuê Rabello e música de Alírio Manoel Cândido:

Ó Colégio tua história registras
Neste vale lourejante e em flor
Tua ciência e tuas glórias conquistam
Nossos jovens que lutam com amor.

Ó salve, salve, Colégio Estadual
De Araranguá das belas avenidas.
É o farol a brilhar em nossas vidas
É o farol a brilhar em nossas vidas.

Já formastes milhares de jovens
Que militam e educam com saber
São teus mestres que ocupam as escolas
Ensinando os pequeninos a crescer.

Tuas palmeiras em leques abertas
São convites ao jovem audaz
Sentinelas que guardam alertas
Um futuro de Amor e Paz.

Uma outra medida governamental, como forma de inculcar o civismo e a obediência, foi estabelecida pelo Decreto-lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969, que implantou a obrigatoriedade do Ensino de Educação Moral e Cívica nos estabelecimentos de ensino brasileiro. A responsabilidade de ministrá-la cabia ao diretor da escola ou a um professor de confiança por ele indicado. Permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993, quando foi revogada a Lei nº. 8.663. Os livros de

Educação Moral e Cívica, assim como os demais, por orientações oficiais. foram reestruturados, a partir de 1970, nos moldes da pedagogia tecnicista, em forma de estudo dirigido ou instrução programada.

Nesse contexto é que a Educação Moral e Cívica tornou-se disciplina obrigatória também no Colégio Normal de Araranguá. Foi utilizada pelos militares, de forma estratégica, com a função de controlar política e ideologicamente os envolvidos no processo educativo. A concepção de educação do regime militar estava centrada na formação de capital humano, em atendimento às necessidades de mercado e da produção. A escola era um dos principais meios para difundir a campanha nacionalista a ser incutida na mentalidade do povo brasileiro.

Reafirmamos que, uma das grandes preocupações dos militares era a construção de uma identidade nacional para um melhor funcionamento e crescimento da sociedade, onde cada cidadão teria a sua função específica para a construção de um Estado forte, desenvolvido e harmonioso. A institucionalização da disciplina de EMC, pelo regime militar, procurou construir o ideário patriótico de uma Nação forte, que ressaltava os valores da moral, da família, da religião/fé e da defesa da Pátria. Inculcava valores anticomunistas nos jovens e crianças, com a finalidade de aliar esses novos integrantes à defesa da Pátria e dos princípios morais de boa conduta.

A presença da Educação Moral e Cívica no currículo do Colégio trouxe consigo a preocupação em âmbito nacional com a existência, no Brasil, de uma oposição ferrenha ao regime ditatorial, considerada pelos militares como uma subversão ideológica, que chega ao seu ápice com os movimentos de guerrilha urbana. Dessa forma, essa disciplina veio propiciar a “conscientização” da população estudantil do Colégio sobre suas obrigações para com a Segurança Nacional.

O objetivo geral da disciplina de Educação Moral e Cívica era levar o educando a adquirir hábitos morais e cívicos, tornando-o um cidadão feliz e útil à comunidade. Convém ressaltar que, para tornar-se útil à sociedade, o estudante deveria adquirir hábitos desejáveis à organização social e aprender a agir pela e com a Pátria. O sentimento patriótico e a identidade nacional seriam os pilares para a construção de um País desenvolvido, seguro e com uma distribuição de rendas mais eqüitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 1963, em razão da necessidade de expandir os estudos no país ao nível de primeiro e segundo graus, foi criado pela Lei nº. 3.333 o Colégio Normal de Araranguá, primeiro estabelecimento, do extremo sul catarinense de ensino formador docentes de primeira a quarta séries.

O período histórico de sua criação traz características bem definidas, por se apresentar a efervescência de um movimento social em que entravam em cena relações de poder galgadas em princípios ideológicos antagônicos. O contexto político e econômico era o foco das atenções de duas forças de pensamento: a conservadora que lutava pela manutenção do modo de produção capitalista e, por outro lado, a alternativa de mudança que trazia a proposta socialista de produção do trabalho humano.

Em março de 1964, com o golpe militar, o pensamento conservador se instaurou no país e criou mecanismos de proteção. Assim, o Colégio Normal de Araranguá, ao iniciar suas atividades nessa mesma data, deixou de ser uma escola apenas de formação de professores para constituir-se em um evidente “aparelho ideológico do Estado” (ALTHUSSER, 1985).

O ato do golpe em si, em 31 de março de 1964, não afastou as ameaças e pensamentos advindos daqueles que defendiam a ordem contrária. Construíram-se uma série de elementos estruturais que impedissem não só manifestações públicas ou secretas, como também a expansão de conhecimentos teóricos que fundamentavam os ideais oponentes. Tais preocupações marcam os primeiros passos do Colégio Normal de Araranguá.

Em sua proposta pedagógica de formação de professor, o princípio educativo pode ser traduzido como: manutenção da ordem. Embora não houvesse um planejamento ou projeto pedagógico sistematizado, mesmo assim as ações diárias se desenvolviam articuladamente com os propósitos militares. A autonomia do processo educativo era produzida por uma série de instrumentos atinentes ao poder ditatorial: decretos, leis, portarias, atos institucionais, que foram outorgados eximindo a participação da população nas decisões que guiariam o destino do País.

Assim sendo, o Colégio Normal não tinha uma identidade construída pelos sujeitos que constituíam a sua comunidade. Ao invés disso seguiu um currículo que não tinha autoria legitimada por grupos de educadores, mas sim por organismos burocráticos superiores e acordos internacionais. O poder coercitivo do sistema se manifestou pela indicação e nomeação de diretores de formação militar; pela adoção de um currículo que abandonou ou diminuiu a carga horária das disciplinas que possibilitavam a reflexão e a crítica, e pela inclusão de outras - Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil - que promoviam uma propaganda ideológica benéfica ao regime ditatorial.

A disciplina escolar foi mantida por meio de uma rede de táticas e estratégias de vigilância sobre a escola e, especialmente, aos docentes e discentes. O controle que amarrava tempo, espaço e proposta pedagógica incutia nos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula um comportamento normalizador.

É esse o cenário que as ações didático-metodológica priorizavam: repetição de exercícios, memorização dos conteúdos, provas, castigos, exames e ameaças de reprovação, que iam modelando e ajustando o comportamento dos membros daquela comunidade ao sistema imposto pelos militares.

Nos primeiros meses de sua existência, suas portas se abriram para a comunidade regional, com o objetivo de formar professores de séries iniciais escolares, porém também se apresenta como uma base militar a serviço da ditadura. Assim, os efeitos opressores não se traduziam somente no currículo, mas em posturas e cenas como reflexo de uma outra função assumida: investigar os acusados de subversão.

Militares armados, professores algemados, alunos coagidos e familiares presos formavam um cenário que se confundia com os papéis concernentes a um educandário.

Esses procedimentos autoritários que inibiam qualquer iniciativa de manifestação de outras leituras de mundo e transmitiam medo e insegurança, criaram uma concepção contraditória de disciplina ideal, ou seja, de obediência. Mesmo aqueles alunos e professores que conviveram com repressões e sentiram de forma direta o peso das amarras em suas vidas acabaram, na atualidade, por considerar o sistema de ensino daquela época um modelo perfeito em comparação à proposta em vigor.

Depoimentos como o que se segue, manifestam o olhar saudosista da escola na qual estudaram e foram reprimidos:

O Colégio Normal era uma escola de respeito, os alunos obedeciam aos professores, estudava-se muito para conseguir aprovação, era uma ótima escola. Bem diferente do que ocorre hoje, as escolas não ensinam os alunos, não há respeito com os professores, chega-se ao cúmulo de ter violência dentro do espaço escolar.

Dessa forma, os efeitos da educação militar criam um pensamento pedagógico disseminado na região pelo Colégio Normal que privilegiava a memorização dos conteúdos, valendo-se de procedimentos repressivos. Mesmo assim, foi parâmetro de qualidade de educação. A relação ensino atual/ensino

passado como indicador de qualidade de ensino é outra história a ser contada. Isso significa dizer que se abrem possibilidades para novas pesquisas, com ênfase nas questões que dizem respeito ao processo de transmissão e apropriação de conteúdos escolares. Esse estudo poderá mostrar ou não se a disciplina dos estudantes é ou não é o fator determinante para a aprendizagem e elevação do nível de ensino.

Queremos esclarecer que o presente estudo teve suas delimitações: 1. temporal, por estabelecer o período compreendido entre 1964 a 1980. Nele, acontecia a criação e o funcionamento do colégio, marcado por um fato histórico, a instauração da ditadura militar, determinante na escolha da opção por esta pesquisa; 2. estrutural, por adotar como aspecto básico de análise o espaço escolar (prédio, ocupação militar e espaço de controle e poder), o quadro de pessoal (diretores, lentes catedráticos e normalistas) e os aspectos pedagógicos (aulas e civismo).

Sendo assim, a história que construímos tem seus recortes, o que dá margem a futuras pesquisas e à continuação do resgate da memória do Colégio Normal de Araranguá. Há um tempo a ser estudado, de 1980 até a atualidade. Também outras categorias de análise poderão ser elencadas para acrescer àquelas que definimos nesta dissertação.

REFERÊNCIAS

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 1997.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

ARBEX, José Júnior. **Guerra Fria: terror de Estado, política e cultura**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

BACHA, Vera Regina. Entrevista realizada em novembro de 2006.

BELLO, José Luís de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. In: **Pedagogia em foco**. Vitória, 1993.

BERTI, Elizabete Salvador. Entrevista realizada em abril de 2007.

BITTENCOURT, Circe F. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 3. ed. Distrito Federal: Universidade de Brasília, 1983.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

BRASIL. Decreto – lei n. 869, 12 de set. 1969.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CAMPOS, Bernardino de Senna. **Memórias do Araranguá**. Florianópolis: TIOESC, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARMINATI, Celso João. A ditadura Militar no Brasil e o afastamento da filosofia no ensino médio. In VALLE, Ione Ribeiro; DALLABRIDA, Norberto. **Ensino Médio em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. **História da instrução pública no Brasil**. São Paulo: EDUC; Brasília, INEP, 1989.

CIPRIANI, Jader René. **A escola Normal Pedro II (1940 – 1950): um estudo sobre a formação de sujeitos**. Blumenau, 2006.

“Comunicado aos homens de boa vontade”. Jornal **Correio de Araranguá**, 2 de set. de 1972.

CORAL, Vânio. Entrevista realizada em novembro de 2006

CORRÊA, Arlindo Lopes. **Educação de massa e ação comunitária**. Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAAL, 1979.

CORREIO DA MANHÃ. 18 de dez. 1965.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No Corpo e na Alma**. Criciúma: Ed. Do autor, 2002.

Disponível em: < www.educatererra.terra.com.br >. Acesso em: 23 de mar.2006.

“Duas datas, duas histórias”. Jornal **Correio de Araranguá**, 5 de set.1966.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Plano de Atividades: para as escolas de 1º e 2º graus de Santa Catarina.** Florianópolis: Secretaria da Educação – Departamento de Ensino, 1973.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1999.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano.** Florianópolis: UFSC, 1991.

FÉLIX, Loiva Otero. **História & Memória: a problemática da pesquisa.** Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida.** Campinas: Papirus, 1997.

FOUCAULT, Michel de. **Microfísica do poder.** 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France. 6 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do projeto pedagógico. In **MEC. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos.** Brasília: INEP, 1994.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GARCIA, Íris Boeira. Entrevista realizada em abril de 2007.

GERMANO José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985).** São Paulo: Cortez, 2005.

GIRALDELLI Júnior, Paulo. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri (SP): Manole, 2003.

HAGUETTE, Maria Teresa Frota. **Metodologias quantitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOBOLD, Paulo. **A História de Araranguá**. Araranguá: Nova Edição, 2005.

HOBSEWANE, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LIBÂNIO, José Carlos. Tendências Pedagógicas na Prática Escolar. In LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FÁRIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LUCIANO, Fábila Liliã. **Gênese e expansão do magistério público na Província de Santa Catharina, nos anos de 1835-1889**. Departamento de Filosofia e História da Educação. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Tese de Doutorado, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisas em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Aimerê Araken. Entrevista realizada em abril de 2007.

MACHADO, Aldonei et alii. História da Educação: a educação moderna e contemporânea. In: **Caderno Pedagógico 2**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2003.

MACHADO, Maria das Dores. Entrevista realizada em abril de 2007.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L.; SWENSSON, Walter Cruz Junior. **Contra os inimigos da Ordem: a repressão política do Regime militar brasileiro (1964 – 1985)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos 1911-1933**. São Carlos: Edufscar, 2002.

NÓVOA, Antônio. **Vidas de Professoras**. Portugal: Ed. Porto, 1992.

NUNES, Clarice. **O passado sempre presente**. São Paulo: Cortez, 1992.

O SUL. 12 de abril de 1964.

PEREIRA, Luís Maurício. Entrevista realizada em maio de 2007.

PEREIRA, Orivalde José. Entrevista realizada em fevereiro de 2007.

PIAZZA, Walter F. **O poder legislativo catarinense: de suas raízes até os nossos dias, 1834-1984**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

_____. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989.

PREFEITURA DE ARARANGUÁ. Lei n. 590, 16 de maio 1974.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: organização escolar**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

SAID, Eduard. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Decreto n.105, 22 de fev. 1963.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Decreto n. 227, 16 de nov. 1964.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Decreto n. 54, 15 de jan. 1965.

SANTA CATARINA. Secretaria da Educação. Portaria n. 3.724 de 1974.

SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa. Lei n. 3.333, 4 de nov. 1963.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas (SP): Autores Associados, 1998.

_____ **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

_____ **Escola e Democracia**. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

SILVA, Sônia Maria. Entrevista realizada em abril de 2007.

SOUZA, Severiano Severino. Entrevista realizada em outubro de 2006.

VALLE, Maria Ribeiro. **1968: o diálogo é a violência**. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999.

VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas (SP): Autores Associados; Brasília (DF): Editora Plano, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)